

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Faculdade de Ciências Económicas

Curso: Relações Internacionais

Autora: Alessandra Neves Silva Livramento

Diplomacia e Cooperação:

Relações de Cooperação Cabo Verde/Brasil

Porto Alegre

2010

Universidade do Rio Grande do Sul
Faculdade de ciências Econômicas
Curso de Relações Internacionais

Alessandra Neves Silva Livramento

Diplomacia e Cooperação:

A Relações de Cooperação Cabo Verde/Brasil: O Setor da Educação

Monografia Apresentada á COMGRAD da Faculdade de Ciências Económicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Luis A. E. Faria

Porto Alegre

2010

Alessandra Neves silva Livramento

Diplomacia e Cooperação:

As Relações de Cooperação Cabo Verde/Brasil: O Setor da Educação

Monografia apresentada à COMGRAD da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do sul como requisito parcial para obtenção de título do Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: prof.. Luis Augusto Estrela Faria

Aprovada em _____/_____/2010

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr . Luis Augusto Estrela Faria

Prof. Dr. Eduardo Filippi

Prof. Dra. Jaqueline Haffner

Conceito final _____

Porto Alegre

2010

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus queridos pais, MARIA LUIZA NEVES SILVA e NELSON EVARISTO MEDINA LIVRAMENTO, por possibilitarem a realização deste sonho, amo-vos muito.

Agradecimentos

Inicialmente agradeço aos meus Pais NELSON E. MEDINA LIVRAMENTO e MARIA LUIZA NEVES SILVA, pela possibilidade que me deram de estudar e conseguir garantir um futuro promissor, quero dizê-los que sem vocês nada disso seria possível. Vocês são os responsáveis pelo meu triunfo.

Ao meu querido filho, CARLOS EDUARDO, te amo. Ao meu companheiro ODAILSON FREITAS, pelo amor e pelo apoio em todos os momentos.

Aos amigos que construí nesses cinco anos, VERA e CLAUDIA, vocês também contribuíram e muito para que conseguisse chegar ao fim com força, obrigada a todos outros amigos que fiz durante esse período.

Ao GOVERNO DE CABO VERDE, pela oportunidade que dá a inúmeros estudantes de saírem do país em busca do sonho, e ao GOVERNO DO BRASIL, por nos possibilitar entrar no país e desfrutar do vosso ensino e dos vossos conhecimentos.

À UFRGS por possibilitar a realização de um sonho. E ao meu orientador, Luis Faria pela paciência e pelo apoio no Trabalho.

Resumo

A independência de Cabo Verde em 1975, permitiu uma longa e frutífera relação com países com os quais estabeleceu profícuas relações de amizade e de cooperação em vários domínios. No âmbito das relações internacionais, a sua política externa prioriza a cooperação (tanto bilaterais como multilaterais) como forma de promover o desenvolvimento endógeno do país e sua inserção na economia mundial. Neste sentido, reveste-se de capital importância a busca de parceiros estratégicos e viáveis a esse processo de desenvolvimento. O presente trabalho de conclusão tem como tema as Relações de Cooperação Cabo Verde/Brasil, no Setor da Educação. A educação se destaca como área de grande evidência nas relações bilaterais. Neste contexto o presente trabalho faz uma análise da relação de cooperação entre os dois países na área da educação, e se tal tem contribuído para o desenvolvimento institucional do país.

Palavras-chaves: Cabo Verde, Brasil, Relações de Cooperação.

Abstract:

The independence of Cape Verde in 1975 allowed long and fruitful relations with many countries with which it established advantageous relations of friendship and cooperation in different realms. Cape Verdean foreign policy prioritizes international cooperation (bilateral as well as multilateral) as the form to promote the country's endogenous development and its insertion in the global economy. Thus, the search for strategic and viable partners to this process of development is of capital importance. Cape Verde- Brazil relations, the topic of this work, have reached its highest levels since independence. Education cooperation is, in itself, a powerful evidence of fruitful bilateral relations. In this context the present work analyzes of the education cooperation between the two countries as well as to what extent such a cooperation might have permitted or contributed for the institutional development of Cape Verde.

Keywords: Cape Verde, Brazil, Cooperation.

SUMÁRIO

1	Introdução.....	9
2	Capítulo I- Cabo Verde.....	12
1.1	O País.....	12
1.2	Breve Incursão Histórica.....	13
	Tabela 1.....	25
3	Capítulo II- Teoria das Relações Internacionais e Cooperação.....	26
2.1	Interdependência.....	30
2.2	Cabo Verde e Brasil-Classificação teórica da cooperação.....	31
4	Capítulo III- Cooperação entre Brasil e África.....	32
3.1	Governo Lula e a Política africana.....	40
5	Capítulo IV-Cooperação Cabo Verde e Brasil no setor da educação.....	44
4.1	Enquadramento Jurídico.....	48
4.2	Agentes de Execução da Cooperação Brasileira.....	49
4.3	Elementos de Programação, Seguimento e Avaliação: mecanismos, Instrumentos e Metodologia.....	49
4.4	Filosofia Básica do Parceiro.....	49
4.5	tipos de Cooperação.....	50
4.6	Cooperação no Setor da Educação.....	50
	Considerações Finais.....	68
	Referências Bibliográficas.....	70

1. Introdução

O fim da Guerra Fria e a redefinição da ordem mundial, a globalização e a intensificação dos diversos processos de integração internacional, induziram a mudanças nas relações internacionais. Os Estados começam a criar políticas voltadas ao desenvolvimento e à inserção global, e a cooperação internacional se fortalece como uma importante ferramenta de relacionamento entre os diversos atores do sistema internacional.

As teorias das Relações Internacionais entre as quais a dos Realistas entendem que a cooperação internacional surgiu como ferramenta para que os Estados aumentem seus poderes, ou então para a manutenção do equilíbrio de poder entre os diversos atores do sistema internacional. A cooperação para esses teóricos seria a manifestação do desejo de ausência de guerras e equilíbrio no sistema.

A teoria da interdependência desenvolvida por Keohane e Nye, afirma que a dependência económica que existe hoje entre os Estados, faz com que esses optam por cooperar, pois seria a decisão mais racional. Ao longo do trabalho será feita uma análise mais a fundo dessas e de outras teorias, e suas posições em relação ao crescimento da cooperação como alternativa de relacionamento no âmbito internacional.

A vitalidade económica é tida como um elemento chave, com implicações de maior importância para a política de integração internacional, para as economias insulares como é o caso de Cabo Verde.

Cabo Verde é uma República Democrática Parlamentarista, com regime multipartidário. O governo é baseado na constituição de 1980, que instituiu o regime único, revista em 1990, para introduzir o multipartidarismo em 1992 para ajustá-la na totalidade com os valores da democracia multipartidária.

É um país de recursos escassos em que a estabilidade política, económica e social, a qualidade dos recursos humanos e a sua posição privilegiada, como plataforma de ligação entre a Europa, o Continente Americano e os restantes países da África, constituem vantagens comparativas, e por isso Cabo Verde se encontra na mira de diversos países.

Essa posição privilegiada acaba colocando Cabo Verde em uma situação de vulnerabilidade em relação à segurança, e um importante ponto para tráfico de Drogas, quanto a esse fato a Comunidade Internacional vêm juntamente com o governo do país investido fortemente na segurança.

A independência de Cabo Verde em 1975, permitiu uma longa e frutífera relação com muitos países com os quais estabeleceu profícuas relações de amizade e de cooperação em vários domínios. No âmbito da sua política de cooperação para o desenvolvimento e ao abrigo das convenções estabelecidas, diversos mecanismos de cooperação têm sido implementados de forma a promover o seu desenvolvimento endógeno e inserção na economia mundial.

A política externa de Cabo Verde é dependente do setor dos eventos e transformações globais. Essa dependência se deve não só às próprias condições estruturais do país, mas também pela ausência de políticas e estratégias económicas e institucionais internas que visam a redução da vulnerabilidade do país. Assim, por causa dessa incapacidade institucional, o país vem adotando, em termos de relações internacionais, uma “Diplomacia de Desenvolvimento”.

O conceito de “Diplomacia de Desenvolvimento” foi formulado por então ministro de Negócios Estrangeiros Abílio Duarte. O foco principal desta política foi angariar recursos externos para o seu desenvolvimento interno. Isso nos leva a delinear que a política externa do país é pragmática e adaptativa às mais diversas conjunturas internacionais.

Neste âmbito, reveste-se de capital importância a busca de parceiros estratégicos e maximização das potencialidades da diáspora. Assim manter parcerias com países como o Brasil, que hoje é a 8ª maior economia do mundo e que é visto como um país com muito potencial, traduz-se em grande vantagem económica para Cabo Verde que por ser uma economia “MIRAB”¹, precisa atrair recursos externos dando ênfase a cooperações bilaterais e multilaterais.

Este trabalho tem como objetivo analisar a parceria existente entre Cabo Verde e Brasil no setor da Educação e se a cooperação, tem contribuído para o desenvolvimento social e económico de Cabo Verde.

¹ Uma economia cujo funcionamento se baseia nos fluxos de remessas de imigrantes e da ajuda pública ao desenvolvimento.

As relações entre Cabo Verde e Brasil atravessam, hoje, um período particularmente auspicioso, atingindo níveis elevadíssimos. No plano económico, a extensão desse relacionamento sobressai com notável nitidez. É um fenómeno estimulante, demonstrando que as relações entre os dois Estados ultrapassam largamente o domínio dos contactos institucionais entre os Governos.

Cabo Verde apoia a pretensão brasileira de integrar o Conselho de Segurança das Nações Unidas como membro permanente, e apoiou, também, a iniciativa brasileira de combater a pobreza e a fome. Por sua vez, o Brasil apoiou o ingresso de Cabo Verde na OMC e no processo de transição desse, de PMA para PMD.

É neste contexto que o presente trabalho pretende fazer uma análise do processo de desenvolvimento de Cabo Verde e suas opções de integração internacional. A segunda parte faz uma breve incursão histórica do país até os dias de hoje, a terceira parte trata das teorias das relações internacionais e cooperação, a quarta faz uma evolução histórica das relações entre Brasil e África e a quinta parte vai-se focar no objeto principal desse trabalho que é a evolução da relação de cooperação entre Cabo Verde e Brasil e, por fim, analisar como que essa parceria com o Brasil, na área da educação tem contribuído para o desenvolvimento do país.

Capítulo I - Cabo Verde

1.1. O País

Cabo Verde é um país constituído por dez ilhas (das quais 9 são habitadas), é um arquipélago saheliano, montanhoso, localizado no Atlântico Norte, entre o trópico de câncer e o Equador. As ilhas dividem-se em dois grupos, Barlavento e Sotavento², de acordo com a sua posição relativa ao vento dominante de nordeste.

O clima é do tipo saheliano marítimo, com microclimas fortemente influenciados pelos relevos associados à junção de correntes de ar. Com uma longa estação seca (8-10 meses) e uma outra curta estação pluviosa. A pluviosidade média anual não ultrapassa os 300 mm para 65% do território, situado a menos de 400 mm de altitude. A temperatura média mensal do ar, moderada pelo efeito altitude e pela influência marítima ao redor das ilhas, varia entre 22 e 28° C, com valores máximos extremos no mês de Setembro e mínimos em Fevereiro.

Segundo dados do INE (Instituto Nacional de Estatística) a população residente no país é estimada em 491,575 mil habitantes, segundo o censo realizado em Junho de 2010, sendo 49,5% homens e 50,5% mulheres. É uma população relativamente jovem, concentrada na sua maioria (61%) no meio urbano, encontra-se mal distribuída pelas nove ilhas de Santiago com 53 %, São Vicente com 15%, Santo Antão com 13% e Fogo com 10% do total geral do país. De salientar que nos dois principais centros urbanos³, concentram-se cerca de 39% da população total.

Os recursos económicos de Cabo Verde dependem sobretudo, da agricultura e da riqueza marinha, com a agricultura sujeita aos frequentes efeitos das secas. O setor industrial encontra-se em pleno desenvolvimento. As mudanças estruturais ocorridas na economia Cabo-Verdiana resultam essencialmente do setor terciário cuja trajetória ascendente na composição do PIB e geração do emprego têm sido dos traços essenciais caracterizadores da

² Fazem parte do Barlavento: Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal, Boa Vista; e de Sotavento: Santiago, Fogo, Maio e Brava.

³ Praia que é a capital do país e Mindelo.

economia. A ascensão do setor terciário tem sido ditada pelo forte desempenho do turismo, dos transportes, da banca e dos seguros.

1.2 Breve Incursão Histórica

a) A Descoberta

O arquipélago de Cabo Verde foi descoberto no ano de 1460 por intermédio de navegadores⁴, ao serviço do Rei de Portugal, na estratégia de “ Dar ao Mundo Novos Mundos”, seguindo o percurso “ Por Mares Nunca Dantes Navegados”. Por terem sido encontradas inóspitas, conforme descrições coevas, e obedecendo à conveniência da sua posição geoestratégica no contexto dos interesses de exploração e comércio ao longo da Costa de África e na busca do caminho marítimo para a Índia, providenciou-se então no sentido de se proceder ao povoamento do arquipélago, cujo início teve lugar entre os anos de 1461 e 1462 (de acordo com o historiador Cabo Verdiano António Carreira) pela ilha maior, a de Santiago, e posteriormente a do Fogo. O interesse pelas demais ilhas só veio a acontecer no transcurso dos tempos, quando a conjuntura se mostrou mais favorável.

b) O Povoamento

Consoante o historiador Carreira, para o povoamento de Cabo Verde dois grupos étnicos distintos deram o seu contributo: o primeiro, composto por brancos europeus vindos, principalmente, do sul de Portugal, a que se juntou um número reduzido e flutuante chegado de Castela e ainda alguns Genoveses. O segundo, constituídos por negros africanos, formado por escravos oriundos sobretudo da costa ocidental africana e também negros africanos livres entrados voluntariamente, ainda que este fenómeno não tenha ganho forma expressiva.

A maioria dos brancos entrados não pertencia, todavia, à classe nobre e formavam um conjunto de trabalhadores sem a mínima qualificação, vindo especificamente com a missão de servir a nobreza. Longe do solo pátrio e despojados do seu habitat, não foram poucas as dificuldades de toda ordem que estes homens, chegado cada um do seu quadrante, enfrentaram para se adaptar tanto quanto possível ao novo ambiente de autêntico cativo da ilha, de relevo duro, seco e sem vegetação. O europeu, oriundo de zonas temperadas de clima

⁴ Diogo Gomes, António de Noli e Diogo Afonso

savana, cheio de tenacidade e ambições, não dispunha de qualquer experiência de vivência tropical. Por seu turno, o negro, habituado à vida livre nas planuras alagadiças ou na floresta de clima húmido e quente, encontrava-se também na mesma igualdade de circunstâncias.

Os grupos étnicos em presença, por imperativo social, começaram muito cedo a relacionar-se entre si, tendo deste relacionamento surgido mais um grupo - o mestiço ou pardo – nascido do cruzamento entre brancos e negros, que veio a ter um papel importante naquilo que seria substrato da estrutura social Cabo-Verdiano.

Dos contactos havidos entre brancos e negros, que se verificou a todos níveis, não se resultou unicamente o mestiçamento de sangue, deram-se igualmente, de acordo com o historiador António Carreira, importantes jogos de trocas culturais, proporcionando o nascimento de uma outra cultura cuja base assenta no sincretismo das várias culturas então em presença, com predominância, como é evidente, para o grupo dominante que detinha o poder de governação e de administração. Assim nasce deste intercâmbio a génese da cultura cabo-verdiana. Sem dúvida o país foi o laboratório onde se experimentou novas formas de colonização⁵, novas relações sociais, novas vivências culturais e se constituiu, com percalços diversos, uma identidade a partir da heterogeneidade confluentes.

A partir desse cruzamento de indivíduos e de culturas, Cabo Verde conseguiu consolidar uma nação com características muito próprias, alicerçada nos contributos de cada elemento em presença e ao longo do tempo. O país pode gabar-se actualmente de uma relativa uniformidade cultural e estabilidade política, não obstante as especificidades insulares nos domínios das manifestações culturais e uma comunidade de diáspora que supera os residentes no território de origem de acordo com os dados estatísticos do INE.

c) Independência

Cabo Verde ascendeu à condição de país independente em 5 de Julho de 1975, rompendo cinco séculos de laços coloniais com Portugal. Segundo a professora Costa Leite da Universidade do Porto -Portugal⁶ (Professora Auxiliar da Universidade Fernando Pessoa), esse período revolucionário de 1974/1975 encontrou o país numa situação de subdesenvolvimento humano, com uma grave crise alimentar, económica e social a que teve de fazer frente nos anos seguintes. A presença, até então, da administração portuguesa não

⁵ Os povoadores eram oriundos da Europa e da África.

⁶ Em seu Artigo: Entre África e Europa: Cabo Verde e sua estratégia de desenvolvimento (2004). Motor de busca Google.com.

havia introduzido qualquer sistema capaz de promover o desenvolvimento do arquipélago, limitando-se suportar alguma ajuda alimentar em épocas prejudicadas pela seca.

Conforme Costa Leite (2004), a população local no período era de 300 mil habitantes, a economia era de subsistência com uma agricultura voltada para o consumo interno fraca e dependente das chuvas, o setor das pescas ainda artesanal, uma elevada taxa de analfabetismo (75%), nas áreas rurais a rondar os 90%, uma taxa de natalidade de 2% ao ano e de mortalidade de 1,2%, ausência de água potável e condições sanitárias (disponíveis apenas nos centros urbanos) e dificuldades no acesso aos cuidados médicos por falta de pessoal qualificado (médicos e enfermeiros). A taxa de desemprego afetava 60 a 75% da população ativa o que aumentava o forte desejo da população de buscar novas oportunidades de vida no exterior.

No âmbito do setor industrial, um reduzido conjunto de atividades caracterizava este período: pesca para exportação, exploração de salinas, construção naval no Mindelo (ilha de São Vicente) e o funcionamento do aeroporto internacional da ilha do Sal. O setor de transportes enfrentava sérias dificuldades pela ausência de infra-estruturas rodoviárias e marítimas o que constitui um forte bloqueio ao desenvolvimento da indústria, turismo e comércio (ANDRADE, 2002,266-267 citado por COSTA LEITE).

No período da independência, já lá vão 35 anos, muitos duvidaram da viabilidade do país. De fato, o quadro de partida era bastante desolador. Um micro território, ainda por cima dividido em várias ilhas; um país sem recursos naturais economicamente exploráveis; um país ambientalmente vulnerável, com longas secas e em desertificação acelerada; um país sem qualquer infra-estrutura. Para exemplificar: o PIB per capita era de cerca de 120 dólares americanos, um dos mais baixos do mundo, o que é bem o testemunho da pobreza que se vivia. Havia sérios problemas de segurança alimentar e fomes recorrentes. O analfabetismo era grande. Os cofres do Estado estavam completamente vazios.

Após a independência nacional, foi instituído no país um regime de partido único, e à semelhança do que vinha acontecendo em todo continente africano, o governo⁷ que sucedeu estruturou a economia do jovem país na base de uma plataforma de economia estatal, em que predominava o controlo e a propriedade do Estado sobre as principais unidades e a atividade económica em geral.

⁷ De início o PAIGC: Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, passando para PAICV partido criado em 1980 após ruptura com o partido da Guiné-Bissau.

Em um regime de partido único, o país partiu do nada. E os desafios eram enormes:

- Construir um Estado e Instituições credíveis;
- Atender a problemas prementes de sobrevivência das populações;
- Estancar o processo de desertificação;
- Mobilizar recursos e lançar as bases de desenvolvimento.

O PAICV manteve-se no poder de 1980 como partido único até 1990. Durante esse período vários planos de desenvolvimento e crescimento económico de Cabo Verde foram implementados; o primeiro plano de desenvolvimento (1982-1985) tinha como objetivo principal a melhoria das condições de vida da população e desenvolvimento das infra-estruturas básicas como a agricultura, transportes, comunicações e indústrias. De 1986 a 1990 um segundo plano de desenvolvimento foi implementado, reforçando os objetivos anteriores, mas tendo como preocupação central a posição económica de Cabo Verde no contexto mundial, dirigindo-se ao equilíbrio económico nos setores da pesca, turismo e serviços. Essas novas medidas foram introduzidas com vista a reduzir as disparidades regionais e sociais.

Segundo Andrade (2002) citado por Costa Leite, entre 1976 e 1990, verificou-se uma evolução muito positiva no crescimento económico com o registo médio de 6% ao ano. A inflação diminuiu significativamente de 21% para 3,5%, entre 1983 e 1988. Em meados dos anos 80, foram implementadas algumas reformas administrativas no sentido de uma liberalização gradual da economia com medidas de apoio ao setor privado e financiamentos a pequenas unidades empresariais. A partir de 1985, esse modelo de economia centrada no Estado, começou a dar sinais de esgotamento, pois teve uma diminuição dos fluxos de ajuda pública ao desenvolvimento (APD) e das remessas dos emigrantes, o que determinou uma retracção do investimento público, o abrandamento do crescimento e o aumento da inflação e do deficit orçamental.

No final dos anos 80, começou-se a verificar a transição para um sistema político multipartidário por força da intervenção de membros do partido mais aberto ao modelo de liberalização económica e política (ANDRADE 2002, citada por COSTA LEITE). Este processo contou com uma forte influência do contexto internacional como fator dinamizador - queda do comunismo na URSS e a abertura dos regimes na Europa de Leste acompanhados por pressões da comunidade internacional quanto ao respeito pelos princípios democráticos.

A constituição foi alterada em Setembro de 1990, no sentido de permitir o multipartidarismo o que foi seguido pelas necessárias reformas legislativas quanto à definição legal dos partidos políticos, introdução do sistema eleitoral proporcional e o acesso dos partidos políticos aos meios de comunicação públicos. Neste seguimento, um novo partido surge em 1990, O Movimento para Democracia (MPD)⁸ e ganha as eleições legislativas de 1991. Também nas eleições presidenciais, realizadas em Fevereiro de 1991, ganhou o candidato do MPD, António Mascarenhas.

O governo do MPD introduz um terceiro plano de desenvolvimento (1992-1995), e medidas económicas foram adaptadas no sentido de uma maior liberalização da economia e redução da pobreza e desemprego, descentralização do desenvolvimento económico, privatização das empresas públicas, redução do deficit orçamental em relação ao PIB, estabilidade da inflação e equilíbrio do comércio externo (ANDRADE, 2002).

No âmbito do desenvolvimento humano, as prioridades continuaram voltadas para a saúde, educação, nutrição e protecção ambiental.

Novas eleições são realizadas no país no ano de 1995 e o MPD consegue se manter no governo até 2000. Durante esse período foi criado um quarto plano de desenvolvimento (1997 – 2000), que trouxe um novo reforço nos processos de descentralização, privatização e liberalização por meio de reformas do sistema financeiro, judicial e parlamentar.

A estrutura da economia de Cabo Verde em 1999, era de uma agricultura que apresentava cerca de 12% do PIB (14,5% em 1979), a indústria 16,4% (20,6% em 1979), a manufatura cerca de 8,5% e os serviços 71,6% (64,5% em 1979), o crescimento económico deve-se sobretudo a esse setor de serviços (Banco Mundial, 2000).

O setor primário continua a absorver a maioria da população ativa (47%) o que evidencia a fraca produtividade da agricultura e pesca. Com evidentes resultados o desemprego mostra-se um grave problema económico-social, agravado pelo crescimento da população em 2 a 2,5%⁹ por ano e pela diminuição da emigração Cabo-verdiana que já não encontra necessidade de mão-de-obra não qualificada nos destinos tradicionalmente mais procurados como a Europa e os EUA (ANDRADE, 2002 citada por COSTA LEITE).

⁸ O MPD obteve 62% dos votos contra 32% do PAICV. António Mascarenhas obteve 75% dos votos.

⁹ O número médio de filhos por mulher é de 4. Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, Censo 2000.

O desemprego que atingia 26% da população activa alertou para urgência de novas orientações o que, durante os anos 90, conduziu à necessidade da modernização da economia e redução das disparidades regionais, agravadas pela sua estrutura insular. A abertura das fronteiras e a articulação entre competitividade e desenvolvimento equilibrado tornaram-se o fio condutor de uma nova estratégia de crescimento conduzindo à promoção da educação e da formação profissional assim como ao aumento do investimento produtivo externo.

Na área da educação, assistiu-se a uma redução do analfabetismo total de 37,2% em 1990 para 25,2% em 2000 (entre homens reduziu de 25,2% para 16,5% e entre as mulheres de 47% para 32,8%) (INE, Censo 2000). Após 1991, o ensino foi reforçado na área da formação profissional e qualificação e, verificando-se uma taxa de analfabetismo de 70,9%, entre a população com mais de 60 anos (INE, Censo 2000), foi introduzida a educação de adultos com a revisão do sistema educativo e criação de novos materiais didáticos. Diversas entidades de formação cuja ação se dirige ao emprego têm contribuído para a dinamização de uma área tão deficitária em Cabo Verde¹⁰.

Neste setor, o país têm contado com o apoio de diversos projetos no âmbito da cooperação com países como o Brasil e Portugal, que vêm contribuindo bastante para o desenvolvimento desta área em Cabo Verde, através de programas voltadas à formação de estudantes cabo-verdianos nos Institutos de Ensino Superior (Formação de quadros - atribuição de bolsas e vagas de estudos) desses países, e de deslocação de formadores e pessoal técnico a Cabo Verde no âmbito da Formação Profissional.

A educação tem sido uma das apostas do governo para promover o desenvolvimento de Cabo Verde, através da qualificação da mão-de-obra. Dados de 2000 mostram que o peso das despesas com a educação no PIB foi de 8,5%. A prioridade dada à educação leva o país a ter hoje uma população escolarizada e facilmente adaptável às exigências da modernidade. Graças aos investimentos feitos no ensino superior Cabo Verde tem recursos humanos, capazes de fazer funcionar uma administração e uma economia modernas.

No âmbito do Ensino Superior, em 2006 dados mostram que 10.000 alunos estavam inscritos internamente e 7.000 estariam estudando no exterior, no ensino médio registou-se 931 alunos inscritos, o ensino pré-escolar com 21,469 inscritos e os alunos no ensino básico eram de 83,539, isso tudo referentes ao ano de 2006.

¹⁰ Temos como exemplo, o Fundo de Promoção do Emprego e Formação profissional português e o Instituto do Emprego e Formação cabo-verdianos.

Devido à insularidade do país, o ensino à distância surge como um importante caminho na promoção da educação em Cabo Verde. O desenvolvimento dos meios (Rádio e Televisão) e a introdução das novas tecnologias de informação (Internet)¹¹ podem constituir um determinante fator no desenvolvimento regional o que é demonstrado pela “correlação direta entre as expectativas de desenvolvimento económico de um país e a densidade da sua rede de telecomunicações” (TORRES e FERREIRA, 2001, Citado por COSTA LEITE, 2004).

Diminui as taxas de desemprego, que em 2000 registou um total de 17,4%. Sobre a educação para a saúde, continuam a verificar-se graves problemas nutricionais, que frequentemente, constituem causa de morte¹². O solo arável corresponde apenas a 10% da superfície total do país e a produção agrícola representa 10 a 15% das necessidades nutricionais mantendo-se em permanente défice estrutural. A assistência médica apoiada pelo têm sido igualmente acompanhada por organismos externos no campo da saúde e nutrição.

Os recursos médicos e o material necessário ainda se mostram muito insuficientes o que é agravado pelo aparecimento de novas doenças e pelo fato do fornecimento de água potável e das condições sanitárias não estarem disponíveis em todas ilhas (infra-estruturas financiadas pela ajuda pública internacional e projetos de cooperação da UE).

A protecção das crianças, com introdução de vacinas, e o apoio no planeamento familiar e na gravidez das mulheres têm contribuído para um decréscimo na mortalidade infantil tendo passado de 53 por mil, em 1992, para 29,1 por mil, em 1999, considerando-se, ainda, muito elevada. A melhoria nos cuidados de saúde primários, a educação nutricional e a formação têm sido as prioridades de diversos organismos públicos externos e de organizações não governamentais¹³.

O que têm impulsionado a uma importante dinâmica na atividade económica de Cabo Verde é, a abertura ao investimento externo. A privatização de empresas públicas por empresas estrangeiras, em que o governo conserva uma parte, permitiu a modernização e um

¹¹ Em 1998, existiam 98 linhas telefónicas por 1.000 pessoas em Cabo Verde. De acordo com informação do PNUD, Relatório do Desenvolvimento humano, 2000 referido por Isabel Costa Leite professora auxiliar da Universidade Fernando Pessoa - Porto – Portugal no artigo: Entre África e Europa: Cabo Verde e a sua estratégia de desenvolvimento.

¹² Em 1999, verificou-se uma taxa de mortalidade geral de 6,6 por mil. A esperança de vida é de 68,9 anos.

¹³ Projectos desenvolvidos pela Lux-Development, organismo de cooperação, semi-privado, responsável pela ajuda atribuída pelo Luxemburgo aos países em desenvolvimento. Em 2002, dirigiu-se 12,7% do seu apoio a Cabo Verde para fins como eletrificação, habitação social, construção de escolas, infra-estruturas rodoviárias, ajuda alimentar, programas de saúde pública e extensão da unidade cirúrgica do Hospital, na cidade da Praia (COSTA LEITE 2004)

forte investimento no setor de serviços como a Banca e os Seguros, da Energia e da Construção. O restante investimento externo dirige-se a setores como os têxteis, o vestuário e o turismo.

O investimento externo atingiu o maior montante em 1999¹⁴, que reduziu entre 2000 e 2001 e voltou a aumentar entre 2002 e 2003 (UNCTAD, 2004, Citado por COSTA LEITE)¹⁵. Em 2003 foram aprovadas mais de 30 projectos de investimento externo provenientes de Estados membros da União Europeia, encontrando-se a Itália em primeiro lugar, seguindo-se de Portugal e Alemanha¹⁶. Os projetos dirigem-se aos setores da hotelaria, imobiliária, pesca, industria, serviços, turísticos, telecomunicações, agricultura e comércio.

O país é bastante dependente de importação de bens alimentares, petróleo, medicamentos, motores e aparelhos eléctricos e outros totalizando em torno de 223,919 milhares de euro no ano de 2003, por sua vez as exportações consistiram sobretudo, de partes de calçado, vestuário de homens (blusões, calças, pijamas), crustáceos e mariscos e filamentos eléctricos, entre outros totalizando em 19,833 milhares de euro no ano de 2003, fazendo com que o saldo do país seja bastante deficitário.

Em 1998, faz-se a convertibilidade do Escudo Cabo-Verdiano em paridade com o Euro, mantendo-se o cambio fixo em 1 Euro = 110,264 CVE, devido às fortes relações económicas com Portugal e, simultaneamente com a UE. Essa situação trouxe vantagem nas relações comerciais com a União Europeia assim como no investimento externo, garantindo uma maior confiança decorrente da inexistência de flutuação cambial.

Outra importante receita que ajuda ao equilíbrio do orçamento do país, é a remessa dos imigrantes. Nos últimos anos, as remessas dos emigrantes representam cerca de 14% do PIB. No primeiro semestre de 2004, as remessas totalizaram o montante de 34,3 milhões de Euros.

Em 2001, novas eleições são realizadas, e o PAICV volta ao governo, ganhando as eleições legislativas assim como as presidenciais¹⁷. A rotatividade política como resultado dos atos eleitorais mostra o efetivo funcionamento do sistema democrático nas mais diversas

¹⁴ Em 1997, o investimento direto estrangeiro em Cabo Verde foi, quase na totalidade, proveniente de Portugal (Costa Leite, 2004).

¹⁵ Em 1999 o investimento externo atingiu o montante de 53 milhões de dólares, 34 milhões em 2000, 9 milhões em 2001, 12 milhões em 2002 e 14 milhões em 2003.

¹⁶ Seguem-se ainda, a Suécia, a Espanha, a França, a Áustria, a Bélgica e o Reino Unido.

¹⁷ Tendo José Maria Neves como Primeiro-ministro e Pedro Verona Pires como Presidente da Republica.

vertentes em Cabo Verde o que o torna como exemplo no processo democratização dos países africanos¹⁸.

A sua política dirige-se após as eleições de 2001, ao controle de doenças endémicas e epidémicas, formação e especialização de pessoal médico e de enfermagem, redução da maternidade precoce e planeamento familiar, melhoria do sistema de informação, educação e comunicação e promoção de uma medicina privada de qualidade (DOCUMENT DE STRATEGIE DE COOPERATION, 2000, apud COSTA LEITE). Estas intervenções encontram-se dentro das prioridades estabelecidas pela cooperação internacional pelo que tem sido apoiadas por diversos programas e projetos de organismos internacionais.

É de valorizar as opções nacionais voltadas a uma estratégia de abertura ao exterior e dinamização da atividade económica aproveitando todas as suas potencialidades endógenas, porem não se pode deixar de citar que esse seu gradual sucesso, esta associada, em simultâneo, a múltiplas formas de intervenção por parte de organismos internacionais, publica e privadas, que têm implementado importantes programas de apoio ao desenvolvimento de Cabo Verde nas suas mais variadas vertentes.

Em 1994, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Cabo verde encontrava-se em 123º lugar em termos de desenvolvimento humano, passando para 91º em 1999. Em suma cabo Verde à semelhança dos pequenos estados insulares em desenvolvimento (PEID), depende gradualmente dos recursos externos (Ajuda Publica ao Desenvolvimento, Remessas dos Emigrantes e Investimento Direto Estrangeiro), o que constituiu uma das caraterísticas dos PEID reconhecidas pela comunidade internacional.

Desde a sua independência, em 1975, o país goza de uma significativa e decisiva ajuda internacional destinada à promoção do seu desenvolvimento e à cobertura do crónico deficit alimentar. A forma clara e equilibrada com que aplica o produto da ajuda internacional, o bom funcionamento da democracia e a estabilidade política, tornam Cabo Verde credor da admiração e respeito por parte da comunidade internacional. Tais circunstâncias foram decisivas para a manutenção da indispensável ajuda internacional.

Com a saída do país da categoria dos Países Menos Avançados, para “País de Médio Desenvolvimento” em 2008, de acordo com o Conselho Económico e Social das Nações

¹⁸ Cabo verde nunca é referido nos relatórios da amnistia Internacional que chamam a atenção para os países onde persistem situações de violação dos direitos humanos; in: www.noticiaslusofonas.com.

Unidas (ECOSOC), a busca de novas formas de angariar recursos externos mostra-se indispensável, já que a saída do país dessa categoria implica a redução da ajuda internacional. Dentro desse contexto a política externa vêm priorizando tanto cooperações bilaterais como multilaterais, em virtude, principalmente da fraca e limitada base produtiva com que conta Cabo Verde.

d) As Relações Internacionais de Cabo Verde

A República de Cabo Verde é membro, nomeadamente, do Banco africano de Desenvolvimento (BAFD), da União Africana (UA), da Organização das Nações Unidas (ONU), assim como da maioria das suas agências especializadas, de entre as quais se destaca o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Integra a Organização Mundial do Comércio (OMC) desde Julho de 2008. A nível regional, Cabo Verde é membro da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

As relações de Cabo Verde com a União Europeia se processam no âmbito do Acordo de Cotonou, o qual entrou em vigor a 1 de Abril de 2003, e que veio a substituir as Convenções de Lomé que durante décadas enquadraram as relações de cooperação entre os Estados-membros da União Europeia e os países da África, Caraíbas e pacífico (ACP). De destacar que a Comunidade Europeia tornou-se o maior contribuinte para o desenvolvimento de Cabo Verde, ao longo dos últimos anos.

O país ainda mantém relações com os países emergentes, entre os quais: Brasil, China, Índia, relações essas que vem se estreitando e ganhando força nos últimos anos.

e) Panorama Político – Contexto Atual

Cabo Verde goza de um regime multipartidário, em uma democracia parlamentar com eleições livres, transparentes e justas e com todas as instituições de uma democracia moderna. A sua estabilidade política e a ausência de qualquer tipo de conflito, faz com que o país se destaque no contexto internacional.

Actualmente o nome de Cabo Verde no exterior é maior do que o país. Talvez seja esta frase, o exemplo que melhor atesta a eficácia do desempenho dos vários governos cabo-verdianos, 35 anos decorridos após a independência. Nação pacífica, mas nada indiferente,

estado de democracia plena, Cabo Verde goza da confiança internacional que aliás, tem justificado perfeitamente.

Prova inequívoca dessa confiança internacional, é o acordo de uma parceria especial entre os 27 Estados Membros da União Europeia e Cabo verde, discutido e aceite no Conselho de Assuntos Gerais e Relações Externas da UE no dia 19 de Novembro de 2007, que foi descrito pelo Chefe do Executivo Cabo Verdiano José Maria Neves¹⁹ como “ uma grande vitória para Cabo Verde, para África, para Portugal e para a Europa” e também como sendo “Um Momento Histórico”.

Saído vencedor das ultimas eleições, o PAICV é o partido no poder, sendo José Maria Neves o Primeiro-ministro e Pedro Pires o Presidente da Republica.

f) Panorama Económico

Depois de uma forte intervenção no período de arranque, o Estado vem retraindo a sua ação direta na vida económica, reservando-se um papel de regulamentador, fiscalizador e incentivador do desenvolvimento, considerando o setor privado como o motor da economia. A atividade privada abrange todas as esferas da vida económica. O investimento estrangeiro beneficia no momento atual de grande simpatia e recebe incentivos de diversas ordens.

No que toca aos setores da economia, temos o setor primário que não tem um resultado expressivo, por conta dos solos que são na sua maioria pobres e esqueléticos em matéria orgânica, a pesca que tem condições para ser uma atividade de grande importância não só pelas capturas (as lagostas abundam), mas também pelas indústrias derivadas (conservas, salga, seca e construção naval), o setor industrial encontra-se em pleno desenvolvimento, mas entre esses setores o que se destaca é o setor terciário que tornou-se dominante na estrutura produtiva, com base num forte crescimento do turismo, bem como os diferentes segmentos dos transportes, das comunicações, do setor bancário e do comercio.

O setor do turismo tem vindo a afirma-se como um dos motores de crescimento da economia cabo-verdiana, traduzindo as vantagens comparativas de que o país se beneficia neste domínio. O ano de 2000 marca o inicio do boom da procura de Cabo Verde como destino turístico. A contribuição deste setor para o PIB (Produto Interno Bruto) quase que duplicou entre 2000 e 2004. Hoje está em funcionamento quatro aeroportos internacionais no

¹⁹ Discurso do Dr. José Maria Neves, Primeiro-ministro da Republica de Cabo Verde, na Universidade cândido Mendes, por ocasião da atribuição do título de Doutor Honoris Causa.

país, os da ilha do Sal, São Vicente, Boa Vista e Santiago. Essas infra-estruturas estão certamente a dar um grande impulso ao turismo. Está prevista, igualmente, a construção de marinas nas principais ilhas turísticas (Sal, Boa Vista, Maio, São Vicente e Santiago).

A economia do país tem registado um crescimento robusto, à volta de 5% ao ano, crescimento realizado em ambiente de estabilidade macro – económica e de inflação, a qual registou valores negativos em 2004: cerca de -1,9%. O regime cambial está ancorado na convertibilidade do escudo cabo-verdiano e na paridade fixa com o euro, isso dá confiança aos agentes económicos e reduz o risco cambial nas transacções.

g) Panorama Socioeconómico

Cabo Verde qualifica-se em 3º lugar na África subsariana no que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas e está na dianteira em vários indicadores sociais, como a taxa de mortalidade infantil e a esperança de vida.

A esperança de vida é atualmente de 72 anos nas mulheres e de 66 anos nos homens. O país tem feito grandes progressos desde a independência, em 1975. Em 35 anos o PIB multiplicou em mais de sete vezes, passando de 200 para 1.500 dólares, a taxa de analfabetismo reduziu de 60% para menos de 25% e garantiu-se o acesso universal ao ensino. A prioridade dada à educação leva o país hoje uma população escolarizada e facilmente adaptável às exigências da modernidade.

O desemprego diminuiu durante os anos 90, com a taxa de desemprego total a baixar de 25% em 1990 para 17% em 2006, essa melhoria deve-se ao crescimento económico e ao aumento da procura agregada verificada no período.

Se é verdade que o país cresceu, também é verdade que as fragilidades e as vulnerabilidades são ainda muitos. A pobreza e o desemprego são problemas sérios a resolver, dados de 2008 mostram que o desemprego rondava os 17,6%, e que o índice de pobreza humano era de 15,8% em 2006. Têm-se a consciência de que o caminho ainda a percorrer é longo.

Tabela 1**Indicadores Macro Económicos****Milhões Euros**

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
PIB	674,4	721,2	749,5	827,7	954,3	1.045,0
PIB percapita (USD)	1.649,3	1.771,8	1.991,7	2.206,3	2.463,3	2.893,0
Agricultura/PIB	8,2%	9,7%	7,4%	5,2%	4,8%	5,1
Construção/PIB	7,2%	6,5%	7,8%	8,2%	9,2%	9,8%
Indústria e Energia	7,8%	7,9%	7,2%	7,1%	7,0%	7,0%
Pescas/PIB	1,7%	1,7%	1,2%	0,9%	0,8%	1,0%
Serviços/PIB(excluindo Turismo e Serviços Bancários intermediários)	57,6%	56,3%	60,4%	59,8%	52,3%	52,2%
Turismo/PIB	10,2%	10,9%	11,2%	10,4%	18,3%	23,1%
Remessas Emigrantes	72,6	86,3	79,4	99,8	98,2	92,1
Exportações	11,2	11,2	12,1	14,2	16,5	14,0
Importações	316,2	310,4	349,1	353,0	431,5	545,2
Investimento	192,0	189,7	194,4	270,6	362,5	?
Inflação	1,8%	1,2%	(1,9%)	1,7%	5,4%	5,6%
Taxa de Desemprego	16,2%	15,1%	17%	24,4%	18,3%	17,6%

Fonte: Câmara de Comercio, Industria e Turismo de Portugal e Cabo Verde

A Tabela 1 analisa os indicadores económicos de Cabo Verde em sete anos, mostrando quais os setores que mais cresceram nos últimos anos e que vem contribuindo tanto para o crescimento como para o desenvolvimento do país. O PIB é um dos indicadores que chama a atenção, pois de 2000 a 2007 vêm crescendo de forma bastante significativa. A tabela também mostra que um dos setores que mais tem contribuído para o crescimento do PIB do país é o de serviços particularmente o Turismo. Os dados das importações e exportações do país mostram que Cabo Verde é bastante dependente do setor externo e que o país vive em constante deficit comercial.

Capítulo II - Relações Internacionais e suas abordagens teóricas

O tema Relações Internacionais (JACKSON e SORENSEN, 2007, p. 20) surgiu no início da Era Moderna (séculos XVI e XVII) na Europa, quando os Estados Soberanos fundamentados em territórios contíguos foram originariamente estabelecidos. Desde o século XVIII, as relações entre tais Estados Independentes são chamados de Relações Internacionais. Portanto, "Relações Internacionais é o estudo das interações entre os vários protagonistas que participam da política internacional, incluindo Estados, Organizações internacionais, organizações não-governamentais, entidades subnacionais, como burocracias e governos locais, e indivíduos" (MINGST, 2009, p.2).

O Sistema Internacional esteve sempre estruturado em relações de poder, com o Estado protagonizando papel de primordial importância. Os Estados como atores principais do cenário mundial, se relacionam uns com os outros independentemente das diferenças no plano ideológico e de modalidades de regimes políticos, a não ser quando essas são consideradas intransponíveis. Interagem entre si cooperando, discordando, e, no limite, chegando às vias de fato.

Conforme Jackson e Sorensen (2007, p.23), com o objetivo de aumentar a segurança nacional, muitos Estados optam por formar alianças. Além disso, para garantir que nenhuma grande potência consiga alcançar uma posição hegemônica de dominação total, com base na intimidação, na coerção ou no uso absoluto da força, é necessário construir e manter uma Balança de Poder Militar. A segurança é certamente um dos valores mais fundamentais das Relações Internacionais, e essa abordagem para o estudo da política mundial é típica das teorias Realistas das Relações Internacionais (MORGENTHAU, 1960 citado por MINGST), que partem do pressuposto de que as relações dos países podem ser melhor caracterizadas como um mundo no qual os Estados que possuem armas são rivais competidores e, de tempos em tempos, iniciam guerras interestatais.

Outro teórico realista Bruno Ayllón (2007), citado por Tadeu Morato, frisa que cooperar significa "atuar conjuntamente com outros para conseguir um mesmo fim". Os realistas enfatizam que o sistema internacional deve ser pensado por meio da ideia de estado de natureza hobbesiano, no qual a sobrevivência e a segurança estatal determinam as políticas externas e as cooperações internacionais. A cooperação internacional serviria para os Estados

manterem seu poder e crescimento. Dessa forma, as políticas de cooperação seriam inseparáveis das relações de poder, aonde não haveria espaço para considerações éticas (AYLLON, 2007, apud MORATO, 2009).

Já a abordagem sobre a política mundial dos teóricos liberais das RI (CLAUDE, 1971 citado por JACKSON e SORENSEN), acreditam que a paz e a mudança progressiva estão certamente entre os valores fundamentais das Relações Internacionais (RI). Eles enfatizam que as RI podem ser melhor caracterizadas como um mundo, no qual os Estados cooperam entre si, com o objetivo de manter a paz e a liberdade, além de buscar a mudança progressiva. Para esses autores, pensar em cooperação internacional significa ter uma sociedade internacional, onde existe regras comuns de convivência, havendo a lógica de supra nacionalidade dessas normas.

Outros autores neoliberais como Keohane e Nye (1977) apud Morato, apontam para a crescente interdependência entre os Estados, o que possibilitaria o alcance da paz por meio da cooperação. Segundo os mesmos o crescimento dos intercâmbios sociais e econômicos, em conjunto com as organizações internacionais, movimentos sociais transnacionais e corporações multinacionais criam um mundo “sem fronteiras”, no qual o poder militar não se mostra como alternativa viável para uma coexistência com comodidade.

A abordagem dos teóricos da Sociedade Internacional (Bull 1995 citado por Jackson e Sorensen), chamam atenção quanto à ordem e a justiça. De acordo com esta linha de raciocínio, as Relações Internacionais podem ser melhor caracterizadas como um mundo no qual os Estados são atores socialmente responsáveis e compartilham o interesse de preservar a ordem internacional e promover a justiça internacional.

A interdependência econômica, o alto grau de dependência econômica mútua entre os países, é uma das características do Sistema Estatal Contemporâneo, e que também leva os Estados a optarem por cooperar entre si. A riqueza e o bem-estar são outros valores fundamentais das RI, e fazem parte da abordagem das teorias de Economia Política Internacional (GILPIN, 1987 citado por JACKSON e SORENSEN), que acreditam que as relações internacionais podem ser melhor caracterizadas como um mundo fundamentalmente socioeconômico e não simplesmente político militar. Segundo Gilpin (1975) citado por Jackson e Sorensen, a interdependência entre a política e a economia merece uma atenção prioritária, porque como escreve o autor:

Por um lado, a política largamente determina a moldura da atividade económica e orienta-a para as direções que se julga servirem os interesses dos grupos dominantes; o exercício do poder em todas as suas formas é o maior condicionante da natureza de um sistema económico. Por outro lado, o processo económico tende para a redistribuição de poder entre os grupos. Isto, por sua vez, leva à modificação do sistema político, fazendo assim nascer uma nova estrutura das relações económicas. Deste modo, a dinâmica das relações internacionais no mundo moderno é largamente função da recíproca interação entre economia e política. (GILPIN, 1975,p.21, apud ADRIANO MOREIRA, 1997,p.76).

De acordo com Mingst (2009), essa corrente teórica Economia Política Internacional, surgiu entre as décadas de 1960 e 1970, e é nada mais que o estudo do inter relacionamento entre política e economia e entre Estados e mercados. Essa corrente também examina como a política pode ser usada para atingir metas económicas e como instrumentos económicos são utilizados para finalidades políticas.

Embora os Estados gozam de sua independência, o fato é que eles devem encontrar meios de coexistir e de lidar uns com os outros pois nenhum Estado consegue sobreviver de forma isolada. A interdependência existente entre os Estados faz com que o relacionamento entre esses seja necessário, pois o isolamento não é uma opção, já que quando um país é isolado e excluído do Sistema Estatal, seja devido às suas ações do seu próprio governo ou de poderes externos, o resultado geralmente é o sofrimento da população local.

Esta interdependência, como cita Moreira (1997,p.77) ” é um dos indicadores da mudança de sociedade internacional para comunidade internacional”. O sistema estatal é um sistema de relações sociais, ou seja, relacionamento entre grupos de seres humanos. Portanto,

Nunca com efeito estas comunidades poderão bastar-se a si próprias isoladamente a ponto de dispensarem a ajuda recíproca, a associação, a união, seja para seu progresso e utilidade, seja por causa de uma necessidade ou de uma indignidade moral como a experiência o demonstra. (SUAREZ, DE LEGIBUS, 1971, P.11 apud MOREIRA, 1997 P.258).

Avaliando a afirmação citada por Suarez, pode-se concluir que são várias as questões que levam a afirmar que nenhum Estado consegue sobreviver de forma isolada. Os governos sempre são confrontados com questões no qual eles sozinhos não conseguem administrar, e são esses fatos que os levam a procurar parcerias, ou seja cooperar é sempre a melhor opção para os Estados se manterem na cena internacional.

2.1 Interdependência

A obra dos teóricos neoliberais Robert Keohane e Joseph Nye (1977), é tida como um marco para a discussão de Interdependência nas relações internacionais. Ao analisarem diversos temas como a Globalização no mundo contemporâneo, que envolvia o surgimento de transnacionais, o crescimento do comércio e a integração internacional intensiva, defendiam que a tomada de decisões por atores estatais e não estatais tendiam a ser recíprocos, isto é, a trazer consequências para muitos outros agentes do sistema internacional. Os efeitos económicos de uma decisão tomada do outro lado do mundo poderiam ser muito prejudiciais para os países envolvidos.

A interdependência segundo Keohane e Nye (1977), seria um fenómeno custoso para os atores do sistema internacional, traduzida em termos de sensibilidade (repercussão de uma decisão em um país sobre outro) e (alternativas de contornar a sensibilidade). A melhor maneira de resolver os conflitos gerados pela interdependência entre as Nações, seria a instituição de Instâncias Supranacionais.

Keohane defende que a criação de entidades supranacionais seria o melhor caminho para solucionar conflitos internacionais. Essas instituições internacionais teriam, portanto a função de permitir uma melhor transparência nas relações internacionais e, assim, garantiriam resultados relativamente mais proveitosos do que aqueles que seriam obtidos sem a sua existência. O autor reconsidera o papel dessas instituições, inserindo-as dentro de uma perspectiva de políticas de interesses, descartando a dimensão ética dessas instituições reivindicada por outros liberais.

O conceito de Interdependência é colocado por Keohane (2005) como horizonte de estabelecimento de relações cooperativas entre as Nações, e são essas Nações que o autor chama de Regimes Internacionais, dentro dessas instituições existe um jogo de interesses, no qual, a decisão de cooperar mostra ser o mais racional. O jogo da cooperação tem uma soma positiva para todos os participantes, uma vez que há uma interdependência dos indivíduos. Os Estados somente se engajam na ação coletiva porque os regimes internacionais ampliam custos para não cooperação e, no extremo, para o conflito. Engajar portanto, amplia os ganhos

individuais de cada participante, tornando esta opção a mais racional frente aos conflitos potenciais.

Diversos autores afirmam que a revolução tecnológica que aconteceu no final do século XX e início do século XXI, e o surgimento de vários canais de comunicação teve um forte impacto sobre as relações internacionais e por conta dessa infinidade de possibilidade de vias comunicativas, engendrou-se uma rede de interdependência complexa. Castells (2000), escreve que,

Uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação está remodelando a base material da sociedade em ritmo acelerado. Economias de todo mundo passaram a manter interdependência global, apresentando uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade em um sistema de geometria viável. (CASTELLS, 2000,p.21)²⁰.

O que Castells afirma, é que devido a essa revolução tecnológica e conseqüentemente o surgimento de inúmeras possibilidades de comunicação, através de uma rede permeada por diversas vias comunicativas, aumentou o nível de interdependência entre as economias do mundo todo, logo, o sistema moldar-se-á devido a influência exercida por vários atores.

2.2 A relação de cooperação entre Cabo Verde e Brasil – De acordo com as teorias de RI, como se classificaria essa relação?

Na era atual, e num contexto de globalização acompanhada de uma incrível expansão geográfica do sistema capitalista, acelerada devido à revolução tecnológica, em especial das comunicações, as teorias das relações internacionais afirmam que a decisão dos Estados de cooperar uns com os outros é a mais racional, pois o mundo se mostra cada vez mais interdependente economicamente. Frente a essa dependência econômica, a cooperação internacional se torna importante, e diferentes nações se relacionam entre si independentemente da raça, ideologia ou religião.

Em razão de sua incapacidade na base produtiva e institucional, e ineficiência na formulação de estratégias políticas voltadas ao desenvolvimento interno, Cabo Verde busca

²⁰ **A interdependência complexa no sistema e relações financeiras internacionais: causas e conseqüências da primeira crise econômica mundial do século XXI.** Disponível em: www.google.com.br, acesso em 10 de Outubro de 2010.

no setor externo a possibilidade de crescer, desenvolver e se inserir no cenário global. O país prioriza as relações bilaterais e multilaterais, pois necessita de recursos externos para dar continuidade ao seu desenvolvimento, além do mais com a sua saída da categoria dos países menos avançados para países de desenvolvimento médio, Cabo Verde deixa de se beneficiar da ajuda pública ao desenvolvimento, logo a busca de parcerias estratégicas com países que tenham interesses semelhantes no cenário internacional se mostra bastante importante.

Em contrapartida, o Brasil vê nas relações bilaterais e multilaterais uma forma de aumentar sua esfera de influência internacional, aumentando seu poder de negociação junto à comunidade internacional, além do mais por ser um país capitalista, visa aumentar seus lucros sempre que possível, especialmente em novos mercados (é o caso de Cabo Verde que ainda é um mercado pouco explorado).

Diferentes abordagens buscam explicar essa aproximação do Brasil com o continente africano que advêm desde o período colonial aos dias de hoje; há quem defenda que o desenvolvimento dessas relações seria apenas um discurso político (Diplomacia de Prestígio), outros afirmam que essas relações exprimem apenas interesse econômico (Soft Imperialismo), e por último os que argumentam que a associação entre as duas periferias visa o desenvolvimento do continente africano (ou seja Solidariedade para com os povos oprimidos, como afirma ser a “Diplomacia Humanista” de Lula).²¹

De destacar que o Brasil desde muito sustenta uma política externa destinada à redução do grau de dependência do país, através da diversificação de suas relações exteriores.

Para Visentini (2003), não se pode ainda dizer se essa política do Brasil voltada para África seja apenas uma Diplomacia de Prestígio, Solidariedade ou Soft Imperialismo, o fato é que essas relações bilaterais e multilaterais são importantes tanto para o Brasil como para África, para África pois contribui para o upgrade do continente e de suas capacidades internacionais contra balanceando ou equilibrando a ordem mundial, e para o Brasil porque para além de aumentar sua esfera de influência o país se afirma cada vez mais no cenário internacional.

Dentre as várias correntes teóricas, pode-se concluir que as que mais se aproximam da relação entre Cabo Verde e Brasil, seja a corrente realista e a de Economia Política

²¹ VISENTINI, Paulo. Prestige diplomacy, southern solidarity or “soft imperialism”? Lula’s Brazil-Africa relations (2003 onwards).

Internacional que colocam a interdependência econômica como umas das razões principais que levam os países a cooperarem.

A corrente teórica realista pois ela afirma que a cooperação internacional serve para os Estados manter o poder e o crescimento. E a corrente de Economia Política Internacional que chamam atenção sobre a questão da interdependência econômica, que levaria os Estados a optarem por cooperar. Num mundo cada vez mais dependente economicamente, os Estados necessitam se unir para que tenham uma coexistência confortável tanto a nível econômico como também político.

As duas teorias se encaixam perfeitamente nas relações entre os dois países, pois Cabo Verde é economicamente dependente do exterior, e o Brasil ao se aproximar de países pequenos como Cabo Verde, que partindo de princípio não tem nada a oferecer, busca acima de tudo aumentar sua esfera de influência no mundo.

Capítulo III - A Evolução Histórica das Relações entre Brasil e África

O Brasil e a África compartilham muitos traços em comum, como o clima, recursos naturais abundantes, e até a mesma língua em alguns países, além de uma história de dominação e exploração de suas riquezas. O primeiro contato entre o Brasil e África, foi por conta do passado colonial de intensas trocas entre o país e o continente africano, em especial Angola. Durante esse período de tráfico negreiro a principal fornecedora de escravos para o Brasil era Angola.

Após a sua independência em 1822, e por imposição de Portugal, o país foi impedido de continuar as fluentes relações que mantinha com as colônias portuguesas na África. Esse afastamento involuntário começou a reverter no século XX, graças a um processo de recomposição gradual das relações com os novos Estados africanos, no contexto de sua política atlântica.

Na segunda metade do século XX, o Brasil começa se afirmando como potencia regional através de um bem sucedido processo de industrialização via substituição de importações. A política exterior foi um dos instrumentos para dar impulso a esse modelo. O Brasil avançava na sua inserção regional e global, desenvolvendo e afirmando sua política exterior através da ação do Itamaraty²². Embora o período tenha sido de governos civis e militares, a corporação diplomática conseguiu manter certa autonomia na formulação da política exterior e uma relativa continuidade na orientação dessa política²³, política essa que visava a diversificação das relações exteriores do país.

É nesse contexto que está situada a relação com os países do Sul, entre os quais os africanos, que foram se incorporando ao cenário mundial à medida que conseguiam sua independência. Para o Brasil, o desenvolvimento da cooperação com os países do Sul, em particular os africanos, em suas variantes políticas e comerciais, implicava afiançar suas pretensões como potência média através de uma prática multilateral autónoma e da busca de mercados para obtenção de matérias – primas e a colocação de manufaturas e serviços. A

²² O Itamaraty é um órgão do Poder Executivo, responsável pelo aessoriamente do Presidente da República na formulação, desempenho e acompanhamento das relações do Brasil com outros países e organismos internacionais.

²³ Lechini, Gladys. Brasil na África, ou África no Brasil, a Construção da política africana pelo Itamaraty: Artigo publicado na revista Nueva Sociedad especial em português, Outubro de 2008, ISSN: 0251-3552, «www.cebri.com.br».

partir da década de 1960, durante o governo de Jânio Quadros, o Itamaraty foi lentamente construindo uma política africana²⁴.

Segundo Santos²⁵ o desenvolvimento da política africana brasileira, que começa a se evidenciar no governo de Jânio Quadros, aconteceu no marco da chamada Política Externa Independente. Assim:

A política africana esteve associada, em primeiro lugar, a um discurso terceiro-mundista que pretendeu atribuir maior peso aos temas Norte-Sul que à clivagem Leste-Oeste da Guerra-Fria. No cerne desse debate estava a inserção dos países do Sul, agora acrescidos dos Estados surgidos com o processo de descolonização em curso, principalmente asiáticos e africanos. Para o Brasil, descontente com o trato que a disputa da Guerra Fria dava aos seus interesses, a articulação das relações com estes atores, portanto com a África, possibilitaria a definição de um novo posicionamento internacional. (SANTOS, Juliana, 2001,p.19).

Tanto Jânio como seu sucessor João Goulart encontraram limitações em relação às estratégias desenvolvidas para África em virtude da escassa margem de manobra de um sistema internacional condicionado pelo conflito Leste-Oeste e da própria variável interna da nova política exterior.

Esse primeiro impulso direccionado à África perdeu força, por conta do golpe militar em 1964. Durante o governo de Castello Branco (1964-1967), houve um certo distanciamento em relação ao continente africano, mas logo essas relações foram retomadas no governo Costa e Silva (1967-1969), quando o Itamaraty se tornou o condutor da “Diplomacia da Prosperidade”.

Mas foi durante a Presidência de Médici (1969-1974) e sua Diplomacia do Interesse Nacional” que se deu uma nova dimensão à política africana. Tanto Médici como seu sucessor Ernesto Geisel (1974-1979), sustentaram uma política exterior destinada à redução do grau de dependência do Brasil através da diversificação das relações exteriores, sem fronteiras ideológicas.

Na época o “pragmatismo ecuménico e responsável” de Geisel, tornou-se um instrumento na ação externa do Brasil. No Itamaraty, o ativismo de Italo Zappa, o Chefe do

²⁴ Lechini, Gladys. Brasil na África, ou África no Brasil, a Construção da política africana pelo Itamaraty:Artigo publicado na revista Nueva Sociedad especial em português, Outubro de 2008, ISSN: 0251-3552, «www.cebri.com.br».

²⁵ Santos, Juliana Soares. (CPLP) - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Solidariedade e ação política: José Flávio Sombra Saraiva (Organizador) -Brasília: IBRI, 2001.p.19.

Departamento da África, Ásia e Oceânia, contribuiu para a construção deste novo modelo emblemático da política africana do Brasil, cujo ponto mais alto foi a definição de uma postura frente à independência das colónias portuguesas. Quando o Brasil reconheceu a independência de Angola, em 11 de Novembro de 1975, e mais tarde das outras colónias portuguesas, rompeu um ciclo de alinhamento automático com Portugal, em relação à África iniciava-se assim uma relação privilegiada com a Angola independente e uma melhora evidente nos vínculos com o resto do continente.

A partir do governo Geisel, iniciou-se dez anos de óptimas relações com o continente africano, e assim como afirmam Mourão e Oliveira citados por Lechini, nesse período o Brasil teria se inserido definitivamente na África Austral.

Na época (1974-1979), a densidade das relações viu-se refletida na abertura de novas embaixadas, no alto nível das visitas e missões e na assinatura de acordos bilaterais de cooperação comercial e técnica. Por sua vez, multiplicaram-se as rotas de comércio e os investimentos em projetos de desenvolvimento.

Embora a aproximação com o continente africano fosse uma estratégia política, a dimensão comercial foi o aspeto mais visível, pois por conta do modelo de desenvolvimento económico implantado no Brasil, era necessário a importação de petróleo e bens de produção e a África era um mercado potencial. Por conta da vulnerabilidade energética, o Brasil se aproximou dos países africanos produtores de petróleo como a Nigéria. Com isso as relações comerciais se concentraram em poucos países.

Durante o período, as exportações brasileiras para a África apresentaram um crescimento significativo. Além do campo comercial, o aumento do intercâmbio se deu também nas áreas de venda de serviços, tecnologia e bens de capital destinados a obras de infra-estruturas: construção de represas hidrelétricas, estradas, transportes ferroviários, obras de saneamento telecomunicações, agropecuárias e inclusive treinamento de pessoal técnico.

Embora as crises do petróleo de 1973 e 1979 e a crise da dívida externa de 1982 tenham representado ataques ao modelo defendido pelo Brasil, no governo Figueiredo (1979-1985) e no contexto de uma política exterior dominada pelo chamado “Universalismo”, a ênfase na aproximação ao continente africano foi mantido.

Na perspetiva de uma dupla inserção do Brasil, no Ocidente e no Terceiro Mundo, o objetivo era somar estratégias e não excluir campos antagónicos. As relações políticas

atingiram um nível de densidade relevante. A viagem de Figueiredo à África em 1983 foi a primeira de um presidente brasileiro e sul-americano ao continente e incluiu países lusófonos, francófonos e anglófonos. Foi a prova do interesse do Brasil pelos países africanos e marcou um momento muito importante na construção da política africana. Em contrapartida, o Brasil recebeu diversas visitas de chanceleres e chefes de Estados africanos, que demonstraram que o interesse era recíproco²⁶.

Até o governo Figueiredo, o comércio exterior com a África mostrou um crescimento significativo, com uma balança comercial positiva para o Brasil. Pereira (1985) citada por Lechini salienta o fato de que a África tinha se tornado um mercado para prestação de serviços que impulsionava e consolidava a venda de mercadorias e proporcionava a prova real de transferência de tecnologia.

O governo Sarney (1985-1990) foi o primeiro na transição do país para democracia, e dentro de sua “diplomacia de resultados”, seguiu a linha da política africana. Portanto durante os anos de 1980, deu-se a continuidade na prática da política africana Brasileira, que refletiu a continuidade da política exterior do nacional-desenvolvimentismo. Contudo, devido aos problemas económicos do modelo, a política africana começa a ser questionada e vinculada a um “terceiro-mundismo” sem resultados satisfatórios, e verifica-se uma retração tanto das exportações como das importações (LECHINI, 2008).

Assim, o enfoque seletivo começou a avançar. A maior aproximação com a Angola e os países da África Austral, somando o aumento das tensões na África do Sul, levou Sarney a procurar uma posição mais crítica, tanto no nível do discurso (ONU) como na prática.

Foi implantado o “decreto Sarney”²⁷, com medidas concretas, e que se tornou um guia da relação com a África do Sul até o final do regime racista naquele país.

Na década de 1990, por conta de sua vulnerabilidade externa, o Brasil realizou ajustes a fim de se recomodar em função dos meios disponíveis mais limitados. Embora o objetivo continuou sendo a diversificação das relações exteriores, com vista a conseguir um maior

²⁶ No fim do governo Figueiredo o Brasil mantinha relações diplomáticas com 43 países africanos; havia 21 embaixadas Brasileiras na África e 13 embaixadas de países africanos em Brasília.

²⁷ Assinado em 9 de Agosto de 1985, juntou proibições novas a outras anteriores. Proibia o intercâmbio cultural, artístico e desportivo; a exportação de petróleo e combustíveis derivados; o fornecimento de armas e material análogo de qualquer tipo, inclusive a venda ou transferência de armas e munições, veículos e equipamentos militares e equipamento policial; o fornecimento de equipamento, material, licenças e patentes para a fabricação desses materiais; e o transporte, por via aérea e mar territorial, assim como o traslado dos itens antes mencionados.

protagonismo no cenário internacional, o que mudou foi o cenário, que se deslocou do terceiro mundo (e da África) para outros contextos.

Isso deve-se à recorrente instabilidade política e econômica da maior parte dos países do continente africano, que levou muitos desses países a se afastar das rotas capitais e a não pagar suas dívidas. Nas palavras de Saraiva:

Razões de várias origens justificam a perda da importância relativa. Por um lado, a África marginalizou-se cada vez mais no sistema internacional. Esse continente, dominado por difíceis transições para vida democrática e pelo decréscimo dos centros de decisão econômica, teve suas possibilidades de diálogo com o mundo reduzidas. Pouco mais de quatro décadas depois do início das independências, o continente africano encontra-se em crise profunda, de contornos manifestos, mas de explicação contraditória (SARAIVA, José, 2001, P.59)

A política africana perdeu força e se acentuou seu caráter seletivo, às vezes encoberto pelo recurso à diplomacia cultural. As relações bilaterais começaram a se concentrar nos países que tinham condições de responder às necessidades Brasileiras.

O foco se centrou em poucos países, no âmbito das relações bilaterais observou-se uma importância crescente da África do Sul já democrática, de Angola e da Nigéria. No âmbito multilateral, deu-se a cooperação com os países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)²⁸, e com a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS)²⁹ participando das operações de Manutenção da Paz na África³⁰.

As viagens e visitas presidências de alto nível revelam, quais seriam os países pelas quais o Brasil continuaria a manter relações, assim como os convênios e os acordos assinados

²⁸ O Brasil contribuiu para a criação da CPLP, em 1996, como um novo mecanismo de cooperação entre os países lusófonos, junto aos países africanos Angola, Moçambique, Guiné-bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

²⁹ Em 1992, o Brasil deu novo impulso à ideia da cooperação no Atlântico, que tinha sido desvalorizada com o fim da Guerra Fria, incorporando novos objetivos à ZPCAS.

³⁰ O Brasil demonstrou seu compromisso com a pacificação de Angola nas três missões implementadas na década de 1990, com o envio de observadores militares e policiais, equipes médicas e de enfermagem, fiscais eleitorais e companhias de engenharia. Foi enviada também, entre Julho de 1997 e Junho de 1999, uma equipe médica à Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA) para supervisionar e cumprir as tarefas pendentes previstas no Protocolo de Paz de Lusaka. O país colaborou, ainda, com observadores militares e unidades médicas na Missão de Observação da ONU em Uganda e Ruanda (1993-1994) para o controle de movimentos ilegais de pessoas e material na fronteira entre os dois países e na Missão em Libéria (1993-1997) para o monitoramento e a execução das tarefas previstas no Acordo de Paz de Cotonou. O Brasil também participou em Moçambique (1992-1994) da implementação do Acordo Geral de Paz de Roma e da missão civil enviada à África do Sul a fim de colaborar no monitoramento das eleições de Abril de 1994.

com África do Sul, Namíbia, Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Nigéria.

O Programa de modernização Liberal implementado por Fernando Collor de Mello (1990-1992), que tinha como objetivo central reforçar os laços com os países do primeiro mundo se voltar para América Latina e o Mercosul, explica a diminuição da ênfase na política africana, e o avanço da política seletiva.

Segundo Saraiva (2001), na década de 90 o Brasil enveredou-se por outros caminhos e prioridades. Essas novas prioridades levaram o país a encerrar o ciclo da grande participação no desenvolvimento africano. O processo decisório no Brasil, ainda que não se tenha deixado dominar pelo “afro-pessimismo” que perdurou durante a década, viu na África o emblema da dificuldade de diálogo produtivo com um continente cada vez mais pobre e limitado em suas possibilidades de ativa participação na vida internacional (SARAIVA, 2001).

Durante a presidência de Itamar Franco, que sucedeu Collor em 1992, houve uma retomada ainda que tímida à política africana, dando prioridade aos países de língua portuguesa e à região da África Austral.

Com Cardoso e sua “diplomacia presidencialista” a visão desenvolvimentista foi trocada por um novo modelo neoliberal que não via com bons olhos a aproximação com o continente africano. A África não se encontrava dentro das prioridades do atual governo. Assim junto com a política seletiva, aprofundou-se a distância entre o discurso e as ações, e foi incrementado o apelo culturalista.

De acordo com o então ministro das relações exteriores Luís Felipe Lampreia:

A África é um objetivo insubstituível da política externa brasileira... Uma política realista e comprometida com resultados nos planos político, económico e de cooperação deve apoiar-se nos muitos elementos de identidade entre o Brasil e a África e na contribuição cultural e étnica africana na formação do Brasil como uma nação soberana e independente (...)³¹(SARAIVA, 2001)

O que estava acontecendo era o apelo ao discurso culturalista no momento de optar pelos países do continente africano que iriam ser os parceiros do Brasil, nesse período.

³¹ Brasil, Ministério das Relações Exteriores. Discurso do Secretário-Geral das Relações Exteriores no almoço oferecido pelo Grupo Africano, Brasília, 17 Maio 2000, citado por Saraiva, 2001, p.76.

Em 1994 quando África do Sul instaurou a democracia multiracial, o Brasil retomou as relações com esse país, que se tornou um importante sócio do Brasil no continente. Isso deve-se principalmente às boas relações que mantinha o ministro das relações exteriores Lampreia com o ministro de comércio e indústria sul-africano, Alec Erwin, o que favoreceu uma relação diplomática relevante e um comércio crescente. A estratégia brasileira procurou complementar a relação bilateral por meio da criação de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a África do Sul. Essa relação bilateral foi marcada com visitas aos dois países dos Chefes de Estado e Chanceleres, mostrando o interesse dos dois em fortalecer suas relações.

Em 1995, as relações comerciais entre o Brasil e a Nigéria também cresce bastante, com intercâmbio comercial do petróleo por mercadorias ou serviços do Brasil (SARAIVA, 2001). A Nigéria fora do mundo da lusofonia, era um dos maiores parceiros comerciais do Brasil no continente. A política externa da época também foi marcada pelo importante papel que teve na criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em 17 de Julho de 1996, que congrega sete países do globo de língua oficial portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe

3.1 Governo Lula

a) Panorama Atual

A partir do primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, a África passaria a ser concebida como uma das grandes prioridades da agenda internacional brasileira, dentro de uma perspectiva de cooperação Sul - Sul e de um atrelamento entre a sua política externa e a sua política interna voltada para programas sociais.

A nova ênfase na política africana mostra coerência entre a política externa e a política interna, que respondia às demandas dos afros descendentes. Uma resposta imediata foi a aprovação em 10 de Janeiro de 2003, da Lei Federal 10.639, que tornou obrigatório, em todos os níveis do ensino, o estudo da história e da cultura africanas e afro-brasileiras e a criação, em 21 de Março do mesmo ano, da Secretaria Especial de Políticas de promoção da Igualdade Racial, para lutar pela igualdade e promover proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação, com especial ênfase na população negra.

Desde o início do governo, a revalorização do projeto de cooperação Sul - Sul como instrumento para ampliar as margens de manobra nas negociações mundiais, junto às promessas de um retorno à política africana dos anos de 1970, pareceu começar a se tornar realidade. De destacar também o «Fórum Brasil-África», organizado em Fortaleza pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil em cooperação com o Grupo de Embaixadores Africanos. O Fórum contou com a participação de diplomatas, altos funcionários, acadêmicos e empresários, onde foram discutidos questões sociais e políticas, economia e comércio, educação e cultura, mostrando a direção da cooperação do Brasil com os estados africanos.

A política externa de Lula além dos interesses materiais no continente africano, adicionou outros elementos de forma a atingir relações mais consolidadas e de longo prazo com os países africanos. Uma cooperação de longo prazo com a África também pode ser explicada pela percepção brasileira do aumento da importância dos países africanos na configuração da ordem internacional³². Com o apoio africano, o Brasil obtém importante poder de barganha nas suas aspirações internacionais. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é um grande exemplo de aproximação cultural e histórica, alcançando uma população de 240 milhões em cinco continentes³³.

No âmbito econômico e político, pode-se citar a reativação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e a instituição do Fórum de Diálogo Índia/Brasil/África do Sul (IBAS) e da Cúpula América do Sul/África (ASA) como importantes iniciativas de cooperação entre os países do Sul, buscando homogeneizar os seus interesses, de modo a estarem melhor articulados na ordem internacional, especialmente frente aos fóruns multilaterais.

Não menos importante é destacar o papel do governo brasileiro na tentativa de fomentar os investimentos e a internacionalização de empresas brasileiras na África (conferências, diplomacia presidencial acompanhada de empresários, investimentos do

³² As exportações de commodities para abastecer o crescimento chinês são um exemplo econômico da maior relevância alcançada pelos países africanos. Ver VISENTINI, Paulo. Prestige diplomacy, southern solidarity or “soft imperialism”? Lula’s Brazil-Africa relations (2003 onwards)

³³ VISENTINI, Paulo. Prestige diplomacy, southern solidarity or “soft imperialism”? Lula’s Brazil-Africa relations (2003 onwards)

BNDES), embora os seus resultados práticos ainda sejam modestos, em grande parte devido ao desconhecimento ainda existente das empresas brasileiras no tocante ao historicamente instável continente africano.

O continente é uma das poucas fronteiras naturais ainda abertas para a expansão de negócios em setores como petróleo, gás e mineração, produtos em que empresas brasileiras são globalmente competitivas, no caso da Vale do Rio Doce e da Petrobrás. A África também é palco de uma disputa em escala global por acesso a matérias-primas, cada vez mais escassas e demandadas, especialmente devido à ascensão económica da China. Empresas chinesas e de outros países se posicionam de forma muito agressiva na região buscando garantir o acesso estável e seguro a fontes de recursos naturais.

No que toca às correntes de comércio com o continente, essas mais que quadruplicaram desde a ascensão de Lula ao poder, passando de US\$ 5,03 bilhões em 2002 para 25,92 bilhões em 2008. Essa tendência é maior se for analisado os 15 países onde o país abriu representações diplomáticas: o comércio com esses países, no agregado, foi multiplicado por 8,3 vezes no período, passando de 132 milhões(2003) para 1,1 bilhão(2008)³⁴.

Em 2003 sucedeu a primeira visita ao continente africano feita pelo Presidente Lula, e desde então praticamente todos os anos que se sucederam foram marcadas por visitas ao continente tanto pelo Chefe de Estado como por outros integrantes do governo. Essas visitas evidenciam as prioridades no processo de cooperação bem como a intensificação das relações gerais com a África. O dado revelador é a quantidade de convênios internacionais assinados entre o governo do Brasil e os Estados africanos entre 2003 e 2007: mais de 160 acordos.

Contudo não são apenas as visitas de Lula que demonstram a política ativa em relação à África. Desde 2003 o Presidente recebeu vários Chefes de Estado e representantes especiais e ministros africanos.

Em 2008 Amorim afirmou em Brasília que entre a América do Sul e a África teve início um «diálogo de múltiplas dimensões», com vistas a que ambas as regiões tenham uma voz unida e forte no cenário internacional. Portanto pode-se acreditar que se persistirem na

³⁴ Os quinze países em que o Brasil abriu ou reativou representações diplomáticas a partir de 2003 são Benin, Botsuana, Burkina Faso, Camarões, Etiópia, Guiné, Guiné-Equatorial, Mali, Mauritânia, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Sudão, Tanzânia, Togo e Zâmbia.

África certas situações positivas, como a diminuição dos conflitos, consolidando-se uma democracia que permita certa estabilidade, é possível acreditar na continuação e no aprofundamento da política africana do Brasil.

O Governo Lula substituiu a diplomacia presidencial, feita de prestígio pessoal, pela diplomacia da nação, que dá ênfase à promoção dos interesses nacionais, recuperando assim o universalismo e o bilateralismo. O universalismo do governo visa retomar as relações com o continente africano e esse tem sido um dos pontos fortes da política externa do Presidente Lula. Outro fator importante é o perdão da dívida dos países africanos. Segundo dados do PNUD, o governo brasileiro perdoou mais de US\$ 1 bilhão em dívidas da África, com o objetivo de estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento, que inclui apoio técnico às nações do hemisfério sul, com transferência de conhecimentos e de experiências por meio de treinamentos, de consultorias, da capacitação institucional e da execução de projetos-piloto. Das 36 embaixadas que este governo abriu pelo mundo, 16 estão na África. Isto mostra como o governo do Lula colocou a África como prioridade do seu governo

Capítulo IV - As Relações de Cooperação Cabo Verde-Brasil – O Setor da Educação

No final da segunda guerra mundial, durante a Conferência de Bretton Woods, em Julho de 1944, a cooperação técnica internacional, surge como forma de reconstruir os países afetados pela guerra e ajudar no desenvolvimento dos países menos industrializados, nessa conferência foram também criadas o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

As primeiras iniciativas de estruturar a cooperação internacional (científica, técnica e tecnológica) foram motivadas pelas Nações Unidas devido a necessidade de reconstruir os países que foram afetados pela guerra e ajudar no desenvolvimento dos países menos industrializados.

Na década de 1970, o acúmulo de experiência positiva dos países em desenvolvimento, que poderiam ser transferidas para outros países em situações semelhantes, levou a ONU a desenvolver o conceito e fomentar a cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD) ou cooperação horizontal. Assim a cooperação técnica internacional se torna um instrumento auxiliar da promoção do desenvolvimento nacional e um mecanismo de intensificação das relações entre os países.

O estágio de desenvolvimento que o Brasil alcançou entre os diversos países que vinham sendo beneficiados pela cooperação internacional nas últimas décadas fez com que algumas instituições brasileiras fossem demandadas por países e organismos internacionais interessados na sua experiência.

O Governo brasileiro tem como pressuposto fundamental que a cooperação técnica recebida deve contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do país. A mesma preocupação existe quando a cooperação técnica é prestada pelo Brasil a outros países, sendo que a missão da CTPD brasileira é definida pela Agência Nacional de Cooperação, como a de contribuir para o adensamento das relações do Brasil com os países em desenvolvimento para a ampliação dos seus intercâmbios, para a geração, disseminação e utilização de conhecimentos técnicos, para a capacitação de seus recursos humanos e para o fortalecimento de suas instituições.

As relações de cooperação técnica entre Brasil e outros países se formalizam por intermédio de tratados internacionais denominados, geralmente, de Acordos Básicos de Cooperação Técnica, ou Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento. Neste Contexto se deu a assinatura do acordo de Cooperação Científica e Técnica em 1977, entre Brasil e Cabo Verde.

As relações de cooperação entre Cabo Verde e a República Federativa do Brasil tiveram início muito antes dos portugueses chegarem ao Brasil. O primeiro episódio que estabeleceu um elo entre os dois países foi quando da instituição do Tratado de Tordesilhas, para evitar o confronto entre Portugal e Espanha pela posse do novo continente, tratado este que determinava que as terras que estivessem a 370 léguas a Oeste do Arquipélago de Cabo Verde pertenciam a Espanha e a Leste desta linha imaginária, a Portugal, onde fatalmente se encontraria o Brasil.

Segundo Rosário, quando do episódio do descobrimento do Brasil, uma das caravelas de Pedro Álvares Cabral comandada por Vasco de Ataíde naufragou, desaparecendo misteriosamente durante a noite ao largo da Ilha de São Nicolau em Cabo Verde, onde aportaram para tomar água.

Outros aspetos deste relacionamento que a história omite é o fato de Cabo Verde ter sido o principal entreposto de escravos vindos para o Brasil, esses escravos após serem capturados nas costas africanas eram levados a Cabo Verde onde passavam por um processo de Ladinização, isto é, eram lá cristianizados e treinados para o trabalho escravo antes de seguir para a América, bem como não menciona o fato de ter sido Cabo Verde uma estação experimental, de onde vieram vários produtos hoje populares no Brasil como o milho, mandioca, cana-de-açúcar, coqueiros, arroz, inhame, e também as primeiras cabeças de gado³⁵.

Entre Brasil e Cabo Verde há fortes traços que os unem. Muitos dos afro-descendentes que hoje constituem a maioria do povo brasileiro passaram por Cabo Verde, o próprio Padre António Vieira, que também pregou nas terras de Baía, passou pelas Ilhas e estabeleceu as pontes entre estes dois países.

³⁵ Dados obtidos em «www.caboverde.org.br».

Os primeiros emigrantes cabo-verdianos que vieram ao Brasil, supõe-se terem chegado como tripulantes de barcos veleiros que passavam por Cabo Verde a caminho do Atlântico Sul. Esses vinham principalmente da Ilha de São Nicolau, para as cidades portuárias do Brasil (Santos e Rio de Janeiro eram as mais procuradas nas décadas de 1920 a 1940), ainda em navios a vela ou a vapor em busca de melhores condições de vida, dada as condições pouco favoráveis de Cabo Verde. Nas décadas de 1950 e 1960 vários emigrantes cabo-verdianos chegaram ao Brasil, fugindo das várias secas e da fome que assolaram o país nessa época.

Buscando na emigração tudo aquilo que Cabo Verde não lhes podia oferecer, na década de 1970 o Brasil era a escolha natural de vários emigrantes cabo-verdianos, principalmente das ilhas de São Nicolau, São Vicente e Santo Antão das quais vieram as principais correntes de emigração para o Brasil. Vieram também nesta época (1975/1976) vários cabo-verdianos que se encontravam em Angola que, por causa da guerra da independência, tiveram que abandonar o país e refugiar-se em outras localidades.

A escolha de Brasil como destino, devia-se ao fato de se ouvir maravilhas contadas desse país e também por conta dos vários navios brasileiros que aportavam em Cabo Verde. Depois, a miséria em Cabo Verde colonial aliada ao fato de ser o Brasil um país promissor incentivava a emigração. Também tem o fato da facilidade da língua e de já ter no período um considerável número de cabo-verdianos no país.

Os cabo-verdianos espalharam por vários Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Pernambuco e Baía.

Como diria o poeta Fernando Pessoa, é que os dois países têm uma pátria comum, que é a língua portuguesa. O mesmo poeta disse que “navegar é preciso” e o fato é que entre Cabo Verde e Brasil vários homens navegaram para criar e descobrir novos mundos.

O primeiro acordo assinado entre os dois países foi o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica em Brasília no dia 28 de Abril de 1977, quando da visita do ministro de Educação de Cabo Verde ao Brasil. Nesse acordo básico ficou estabelecido que os dois países desenvolveriam a cooperação científica e técnica com o objetivo de contribuir para uma melhor avaliação de seus recursos humanos e naturais, esforçando-se para que as ações que surgissem desse acordo estivessem em conformidade com os planos e políticas globais, regionais ou setoriais de desenvolvimento nos dois países.

Referente ao relacionamento político-diplomático do Brasil com Cabo Verde, o diálogo bilateral começa a ganhar força após a assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação em 1979, que previa mecanismos de materialização da cooperação: as Comissões Mistas³⁶. Essa Comissão Mista teria a finalidade de fortalecer a cooperação entre os dois países, analisar os assuntos de interesse comum e propor aos respectivos governos as medidas que achassem pertinentes. No entanto, essas Comissões Mistas, eram caracterizados por uma aleatoriedade na implementação das ações de cooperação, resultante da dificuldade dos dois lados em disponibilizar recursos financeiros próprios e necessários a sua materialização.

Essa cooperação começou a concentrar-se, primeiramente no domínio da Educação (sobretudo formação) passando, posteriormente, a abranger diversas áreas, tais como a Agricultura, Cultura, Saúde e Urbanismo. Mais tarde, em 1992, a instituição de formação e Aperfeiçoamento Profissional – IFAP- e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Brasil, assinaram um convênio que permitiu Cabo Verde usufruir de 15 bolsas anuais para Cursos de Formação Profissional no Brasil. A administração pública, a marinha mercante (formação de oficiais) e a diplomacia foram também áreas contempladas, tendo sido ministrados cursos na Praia e/ou no Brasil

Contudo na década de 1980, com a forte crise macroeconômica que abalou o país, registou-se uma alteração substancial a nível da cooperação bilateral, decorrente das medidas de contenção de despesas adoptadas pelo governo brasileiro para enfrentar este período de recessão. Foi reduzido o contingente de bolsas de formação, substituindo-se estas por vagas garantidas nas instituições de ensino, através do “Programa Estudante Convênio”.

Para manter a cooperação bilateral o governo brasileiro sugeriu que a cooperação entre os dois países passasse a ser desenvolvida com financiamento de terceiros (bilaterais e de organismos internacionais geralmente conhecida por cooperação trilateral, principalmente para formação/bolsas e para financiamento de Assistência Técnica).

Em Junho de 1991, na sequência da visita do então Ministro das Relações Exteriores, Resek, após 10 anos de interregno, seria reativada a realização das Comissões Mistas, a qual, à semelhança dos anos anteriores, voltou a não se dar continuidade.

³⁶ Relações de Cooperação Cabo-Brasil: Documento obtido em: www.google.com.

A implementação desta última Comissão Mista, da qual resultou um documento bastante ambicioso e abrangente, não chegou a constituir um processo regular e sistemático. Caracterizou-se por uma aleatoriedade na implementação das ações de cooperação, resultante da dificuldade dos dois países em mobilizar os recursos financeiros próprios, necessários à sua materialização.

Em 2004 a visita a Cabo Verde do Presidente Lula, seguida da visita do Primeiro-ministro e do Presidente da República de Cabo Verde ao Brasil em 2005, fez com que as relações de cooperação entre os dois países tomasse um novo rumo, completamente inovador e mais dinâmico, embora ainda não se tenha conseguido instituir um programa indicativo de cooperação entre os dois países, e com isso, retomar as reuniões de Comissão Mista para um seguimento e avaliação dos programas, projetos em curso mais sistematizado.

As relações entre os dois países foram objeto de uma atenção especial, durante as visitas, e possibilitaram identificar novas e amplas perspectivas para intensificar a cooperação entre Cabo Verde e Brasil. Enfatizaram a cooperação existente no setor educacional, com destaque para formação de cabo-verdianos em instituições de ensino superior no Brasil e ampliar a oferta de programa de formação de recursos humanos.

Nessa visita do Presidente Lula em 2004, ficou estabelecido o apoio do Brasil no projeto da criação da primeira Universidade de Cabo Verde e o favorecimento a programas de especialização e pós-graduação a favor dos quadros cabo-verdianos. Várias outras questões foram vistas durante os encontros dos Chefes de Governo das duas partes, e abriu-se a possibilidade da diversificação dos projetos de cooperação, em áreas de Tecnologia de Informação e de Comunicação.

A partir desse ano mencionado no parágrafo anterior, as relações entre os dois países foram renovadas, e tomaram novos caminhos completamente diversificadas, começando assim uma nova era na parceria entre Brasil e Cabo Verde.

4.1 Enquadramento Jurídico

- Acordo Básico de Cooperação Técnica e científica: 28/04/1977 que vêm passando por vários ajustes.

- Tratado de Amizade e Cooperação: 07/02/1979
- Acordo de Cooperação Cultural: 07/02/1979
- Acordo de Crédito entre o Banco do Brasil S.A e a República de Cabo Verde em 1980

Vários outros Acordos e Ajustes Complementares Setoriais.

4.2 Principais agentes de execução da Cooperação Brasileira

Agência Brasileira de Cooperação (ABC)

4.3 Elementos de Programação, Seguimento e Avaliação: mecanismos, instrumentos e metodologia:

Programação: A relação de cooperação com este parceiro não contempla Programação.

Seguimento e Avaliação: Desprovido de instrumentos de programação, até 1991 tentou-se a realização de Comissões Mistas periódicas mas não foi possível. Atualmente o seguimento e avaliação dos projetos em curso, é feito setorialmente e de acordo com a calendarização programada relativamente a cada uma das iniciativas. Em Janeiro de 2005, foi instituída a criação de uma Comissão Paritária Bilateral do Ensino Superior e Ciência, contudo, até ao momento ainda não ocorreu a sua operacionalização.

4.4 Filosofia Básica do Parceiro: Princípios, eixos e áreas de intervenção privilegiadas

Antes da grave crise que abalou a economia brasileira, os laços históricos, linguísticos e culturais que unem o Brasil aos países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, o nível

tecnológico e económico que possuía, assim como a própria orientação da política externa de estimular os contatos com esses países, propiciaram um desenvolvimento e aprofundamento das relações de cooperação entre Cabo Verde e Brasil.

Áreas de Intervenção Privilegiadas: Educação, formação, Agricultura, Cultura, Saúde, Urbanismo, Administração Pública, Marinha Mercante e Diplomacia.

4.5 Tipos de Cooperação Desenvolvidas

As Relações de Cooperação entre Cabo Verde e Brasil vem se desenvolvendo a três níveis: Bilateral, Multilateral e Trilateral. A cooperação bilateral traduz-se nos projetos setoriais. Na cooperação multilateral predominam os programas da CPLP e das agências especializadas da ONU, maioritariamente direcionadas para os PALOP. Quanto á cooperação trilateral, por conta da crise económica que assolou o país na década de 1990, o governo brasileiro teve de adotar medidas de contenção de despesas pelo que se optou por uma mudança de estratégia de cooperação passando a envolver “terceiros parceiros” tais como a Áustria, a Suíça, a Holanda e o Luxemburgo³⁷.

4.6 Cooperação no Setor da Educação

A melhoria da qualidade de vida e o nível de satisfação das necessidades fundamentais da população, o desenvolvimento económico e a remoção educacional e cultural pressupõem a formação de recursos humanos especializados e altamente qualificados. É nesse setor que se destaca a parceria entre Cabo Verde e Brasil, que vem se intensificando ao longo dos tempos. O Brasil é um dos maiores parceiros de Cabo Verde em matéria de Educação.

a) Formação de Quadros

A Educação/Formação é uma das maiores vertentes da cooperação entre o Brasil e Cabo Verde, neste setor, a área de formação de quadros tem um papel de destaque. Para além

³⁷ Documento obtido em www.google.com: Relações de Cooperação Cabo Verde-Brasil.

GovCV	Bolsas	95	23	10	14	52	60	61
Total bolsas		95	28	15	20	64	99	129

*PEC-G, **PEC- PG. a) 10 Bolsas atribuídas à UNICV pelo Governo do Estado do RJ + 6 bolsas PEC – PG. b) Bolsas Promissões Fonte: DFQQ-MEES

A tabela 2 analisa o contingente de bolsas e vagas que o Governo brasileiro ofereceu a estudantes de graduação e pós graduação de Cabo Verde, em sete anos. De 2000 a 2007 esse contingente de bolsas e vagas têm aumentado, isso leva a concluir que a parceria entre as duas partes tem se intensificado a cada ano, e mais estudantes de Cabo Verde tem tido a oportunidade de estudar nas instituições de ensino superior do Brasil.

Uma missão técnica brasileira composta por representantes do MRE, MEC, e CAPES esteve em Cabo Verde, em Maio de 2007, onde foi feito um balanço da cooperação entre os dois países em matéria do Programa de Estudantes Convênio de Graduação e de Pós-graduação. Durante a missão, foram acordados alguns compromissos no sentido de ampliar a divulgação destes programas em Cabo Verde e foi realizada uma palestra com estudantes cabo-verdianos finalistas do ensino secundário e do ensino superior de forma a permitir um maior conhecimento por parte destes sobre o regulamento, condições e oportunidades dos programas.

b) Paralelamente a este programa de vagas, após a tomada da Presidência por Luís Inácio Lula da Silva, o governo brasileiro instituiu o Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISSAES). Esta iniciativa tem como objetivo, fomentar a cooperação técnico-científica e cultural entre os países com os quais o Brasil mantém acordos nas áreas da Educação e da Cultura, consolidando uma política de intercâmbio que promova maior integração entre o Brasil e os países em desenvolvimento. Em 2006 foram concebidas a 39 estudantes e em 2007 foram concebidas 38 novas bolsas.

O projeto Milton Santos oferece apoio financeiro a estudantes estrangeiros participantes do PEC-G matriculados nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), no valor de um salário mínimo brasileiro mensal por aluno, durante doze meses, visando cooperar na manutenção dos estudantes durante o curso. O auxílio é concedido aos estudantes que passam por uma pré-seleção na IFES em que estuda e, depois, pela seleção final, com estudantes-convênio de todo o Brasil.

Entre 1998 e 2001, a nível de formação de quadros para o Ensino Técnico, desenvolveu-se um Programa de Formação de Professores de Ensino Secundário Técnico no Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET/RJ) co-financiado pelo Luxemburgo e Cabo Verde. O programa tinha como principal fim dotar as recém construídas Escolas Técnicas da Assomada³⁸ e Porto Novo³⁹ de um corpo docente qualificado para as áreas técnicas. Trinta e oito (38) docentes foram beneficiados e certificados através deste programa pelo CEFET/RJ⁴⁰.

Em Maio de 2007 foi apresentada a Cabo Verde a possibilidade da Fundação de Amparo à Pesquisa da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ – apoiar as escolas Técnicas na realização de cursos tecnológicos. Segundo o Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, a Secretaria apoia Cabo Verde em matéria de formação técnica, com envio de professores ao país e em termos de materiais.

Em 2008, iniciou-se um projeto entre os dois países, que é a vinda ao Brasil, de Professores de Português e Matemática da rede de Ensino Básico e Secundária, para um curso de superação em língua portuguesa e Matemática, na cidade de Fortaleza.

b) Ensino Superior e Investigação

Nos últimos anos, no que toca à cooperação entre instituições do ensino superior e investigação, foram realizados, algumas missões entre os dois países com vista a identificar e operacionalizar áreas de cooperação. Alguns Acordos foram assinados entre universidades e centros de formação brasileiras e instituições cabo-verdianos.

Em relação à implementação da UNICV, em Setembro de 2004 foi realizada a 1ª missão do Grupo de Trabalho Brasileiro para a Cooperação com Cabo Verde para, em conjunto CNI UNICV, estabelecer um programa de cooperação que viabilizasse a implementação da Universidade Pública de Cabo Verde.

Desta primeira missão saiu um conjunto de ações acordadas entre as duas partes nos seguintes domínios: Estruturação e governo do sistema de ensino superior; Formação de Professores e Gestores; Ciência e tecnologia; Educação a Distância; Dentre outras áreas que as partes convierem.

³⁸ Cidade situada na Ilha de Santiago.

³⁹ Ilha de Santo Antão.

⁴⁰ Documento fornecido pelo Ministério da Educação e Ensino Superior, Gabinete de Estudos e Planeamento em Cabo Verde.

A 14 de Janeiro de 2005 foi assinado, em Cabo Verde, o Programa de Trabalho em matéria de Educação Superior e Ciência entre o Governo do Brasil e o Governo de Cabo Verde, que sintetiza os principais eixos de intervenção em matéria de Ensino Superior e Ciência. Este instrumento cria institucionalmente a figura da Comissão Paritária Bilateral do Ensino Superior e Ciência, composto por elementos dos dois países, como órgão responsável pela execução, monitorização e avaliação deste programa. As áreas de atuação seriam as que foram previamente acordadas por ocasião da primeira missão exploratória.

Em Abril desse mesmo ano foi assinado o Plano Operacional anual entre a CAPES e a CNI⁴¹ UNICV, tendo sido realizada uma missão da CNI UNICV ao Brasil na mesma altura. A 15 de Março de 2006 foi assinado, em Cabo Verde, o Ajuste Complementar para a implementação do projeto “Apoio à implementação da UNICV e ao desenvolvimento do Ensino Superior” e, a 10 de Abril de 2006, o documento do projeto.

O projeto visava:

- i) Apoiar a definição do quadro legal e institucional para organização e funcionamento do sistema de educação superior de Cabo Verde;
- ii) Desenvolver, no âmbito do Estado cabo-verdiano, competências para o desempenho das funções de regulação, avaliação e supervisão das instituições de Ensino superior;
- iii) Apoiar a definição e implementação do modelo organizacional e dos mecanismos de gestão da UNICV e
- iv) Apoiar na criação e implementação de cursos de graduação nas áreas que representam a aposta estratégica da UNICV.

De destacar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional da UNICV e o Sistema de Regulação do Ensino Superior para a DGESC.⁴²

Atualmente, no âmbito da cooperação inter universitária, a UNICV tem realizado algumas ações em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Pernambuco, Universidade Federal da Baía, Universidade Estadual Paulista, e com a Universidade Federal Paraense (UFPA).

⁴¹ Comissão Nacional para a instalação da UNI CV.

⁴² DGESC – Direção Geral do Ensino Superior e Ciência.

Estas ações traduzem-se por palestras na UNICV, o intercâmbio de missões, a abertura de mestrados e doutorados em parceria.

A UFRGS, está entre as IFES brasileiras que mais tem atuado em ações de incremento de estruturas de ensino e pesquisa junto às instituições acadêmicas de Cabo Verde. A UFRGS participa desde o início das negociações da CAPES, em 2005. Desde então, o convênio entre a UFRGS e a UNICV vem aproveitando cada novo edital referente a África para acrescentar uma nova dimensão de reflexão sobre uma concepção de integração universidade e comunidade. Atualmente, o PGDR está atuando na UNI CV, a partir da aprovação em 2008, de um projeto que visa a criação de um Centro de Investigação em Desenvolvimento Local e Ordenamento do Território da Universidade de Cabo Verde (CIDLOT).

Um dos principais domínios de cooperação entre a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)⁴³, é a realização de mestrados em “Ciências Sociais”, “Tecnologias de Edificações” e “Ordenamento do Território e Desenho Urbano”, paralelamente a ações que passam pelo acolhimento de docentes da Uni-CV nos programas de Doutorado/Pós-Doutorado da UFRGS e de (CIDLOT).

A parceria entre a UNICV e a UFPA resultou-se na criação da Cátedra Brasil-África de Cooperação Internacional, onde será criado um Centro de Documentação Histórica Brasil-África, que terá sede na UFPA, com acervo doado pela UNI-CV⁴⁴.

Em 2006 foi criada a Casa de Estudantes de Cabo Verde no Estado de Ceará com o objetivo de albergar estudantes cabo-verdianos que se encontram a fazer formação superior naquele estado.

Em 2007 o MEC do Brasil disponibilizou ao MEES de Cabo Verde assistência técnica para a elaboração do Plano estratégico do Ensino Superior. Essa assistência técnica traduzir-se-ia numa consultoria tendo em vista a elaboração de um documento com uma equipa nacional conduzida pela Direcção Geral do Ensino Superior e Ciência.

Durante o ano de 2008, foram desenvolvidas muitas atividades em vários domínios entre o Governo do Brasil e o Governo de Cabo Verde, com destaque para a Educação que é

⁴³ Documento obtido em: www.unicv.edu.cv

⁴⁴ Informações obtidas em www.unicv.edu.cv

setor de concentração, nomeadamente o Ensino Superior (formação de quadros – atribuição de bolsas e vagas de estudos).

No primeiro semestre de 2010, em razão das visitas oficiais realizadas a Cabo Verde, pelo Governo brasileiro, entre as quais a do Chefe de Estado, o Presidente Lula e a do Ministro da Cultura, foram firmados alguns acordos entre as duas partes, intensificando e alargando ainda mais as relações entre os dois países.

Na visita do Ministro da Cultura, do Brasil ao país, o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura (MESCC) de Cabo Verde e O MinC do Brasil, ao abrigo do Acordo de Cooperação Cultural assinado em Fevereiro de 1979, firmam um novo Acordo de Cooperação Cultural para o período de 2010/2012, no intuito de cooperar em favor da promoção de ações voltadas para o fortalecimento das atividades culturais de ambas os países, com vista à dinamização de seus mercados culturais, baseando-se numa perspectiva integrada da economia da cultura, envolvendo a Capacitação Técnica de gestores culturais e a troca de experiências sobre estratégias de desenvolvimento do setor cultural.

O acordo abrange áreas como a Formação no campo das Artes: Cooperar no campo da Formação de Artistas, gestores e técnicos culturais nomeadamente nas áreas da música e artes cénicas, com o apoio á constituição da Escola da Educação e Artes da Universidade de Cabo Verde.

O termo também prevê a articulação do MinC do Brasil, junto ao MEC, á coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), universidades e escolas de música para apoio à estruturação de cursos livres e de cursos superiores profissionalizantes em música e artes na Universidade de Cabo Verde. Incluindo:

- i) Intercâmbio de professores,
- ii) Residências académicas e artísticas,
- iii) Concepção e estruturação de currículos.

O termo também contempla a área de audiovisual, visando a implementação de atividades de formação na área de audiovisual, a nível técnico e de pós-graduação, em parceria com instituições públicas e não-governamentais de ambos os países. No setor Bibliotecário, o acordo prevê a articulação do MinC do Brasil junto ao MEC, à CAPES e ao

MRE, com vista ao aumento de ofertas de vagas ao Brasil para formação de Bibliotecários e técnicos ligados ao livro provenientes de Cabo Verde.

Na ocasião da visita do Presidente Lula ao país, o Governo Brasileiro oficializou o perdão da dívida de Cabo Verde, orçada em 3,5 milhões de euros. Os dois países já vinham reconversando a dívida de Cabo Verde ao Brasil, em projetos de investimentos na área de educação. Dívida essa que vinha se arrastando desde 1983, a quando do empréstimo concedido pelo Banco do Brasil a Cabo Verde para projetos de investimentos em infra-estruturas do país.

c) Investigação

Relativamente à componente da Investigação, encontrava-se em estudo a possibilidade de estudantes cabo-verdianos beneficiarem de Bolsa de Iniciação à Investigação Científica, através do Programa de Iniciação Científica (PIC), em dois momentos: a) estudantes que iriam no período de férias para o primeiro contato com o sistema de investigação – viagem garantida pelas autoridades brasileiras; b) estudantes que serão selecionados em Cabo Verde e que desenvolverão durante a sua formação graduada, a componente investigativa⁴⁵.

Recentemente o Brasil começou a oferecer vagas para estudantes cabo-verdianos de iniciação científica. São alunos que começam a estudar com projetos concretos para o desenvolvimento de pesquisas em áreas como a Saúde/medicina e a engenharia⁴⁶.

O acordo de cooperação na área da educação, firmado entre as duas partes, em 2009, possibilita a vinda ao Brasil, durante o período de férias lectivas, de estudantes cabo-verdianos para cursos de curta duração e a utilização de laboratórios de universidades brasileiras. Esse acordo que é por iniciativa do MRE do Brasil e da CAPES, visa a consolidação do Programa de Incentivo à Formação Científica em Cabo Verde.

d) ProAfrica

Em Agosto de 2005, resultado da missão de Abril da CNI UNICV ao Brasil, entra em vigor o Programa de - Cooperação Temática em Matéria de Ciência e tecnologia – ProAfrica – e Cabo Verde passa a beneficiar de mais oportunidades para desenvolver a sua componente de Pesquisa e Inovação.

⁴⁵ In Memo da missão de S. Exa. a MEVRH (na altura) ao Brasil – Agosto 2005 (DGESC)

⁴⁶ Entrevista concedida ao Jornal A Nação em Cabo Verde pela Embaixadora do Brasil no país, Maria Dulce Silva Barros.

O ProAfrica é um programa que visa apoiar a realização de atividades de cooperação internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação (C&T&I) entre o Brasil e países africanos em temas selecionados por sua relevância estratégica, que contribuam de forma sustentada, para o desenvolvimento científico e tecnológico dos países envolvidos e que levem à melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos, mediante a geração e apropriação de conhecimento e a elevação da capacidade científica e tecnológica dos países.

Encontra-se sob responsabilidade direta do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq pertencente ao Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil – MCT.

A iniciativa pretende financiar a mobilidade de cientistas, pesquisadores e técnicos brasileiros e africanos através de: i) Missões exploratórias; ii) Atividades conjuntas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; iii) Eventos de Ciência e Tecnologia.

Anualmente é publicado um Edital que contém todas as informações gerais necessárias, o regulamento e as linhas de ação sobre que versa este programa, e este Edital seria um instrumento regulador desta iniciativa.

O primeiro Edital do Programa ProÁfrica foi lançado em 29 de Agosto de 2005 para 3 países africanos de língua portuguesa: Angola, Cabo Verde e Moçambique. A procura gerada pelo Edital foi de 61 propostas de projetos, dos quais 50 foram enquadrados no Edital e 17 foram aprovados. O segundo edital, foi lançado a 15 de Abril de 2006 e os resultados foram divulgados em finais de Setembro. Contudo, Cabo Verde tem tido pouco aproveitamento desta iniciativa pelo que perspectiva uma missão exploratória do Comité Gestor do Programa com o objetivo de estudar a possibilidade de fortalecer a pesquisa científica entre Instituições brasileiras e cabo-verdianas.

e) Alfabetização e Educação de Adultos

Em Junho de 2002, foi assinado um Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação técnico e Científica entre o Governo do Brasil e o Governo de Cabo Verde para a implementação do Projeto Alfabetização Solidária em Cabo Verde.

Este projeto de 18 meses foi desenvolvido em duas fases através de um contrato assinado entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a Associação de Apoio ao

Programa Alfabetização Solidária (Alfasol) e a Direção Geral da Alfabetização e Educação de Adultos (Ministério da Educação – Governo de Cabo Verde).

A I fase foi executada entre 2002 e 2003 e a II fase entre 2003 e 2005. A I fase destaca-se pela implementação de dez (10) salas de aula: mobilização das comunidades a serem alfabetizadas, elaboração do material de alfabetização local, aquisição do material didático e de apoio para 250 alfabetizandos (25 por sala), capacitação de 10 alfabetizadores e 2 suplentes. A II fase destaca-se pelo alargamento do projeto-piloto a cem (100) salas de aula: capacitação de 120 animadores e 12 coordenadores locais, aquisição de material didático e de apoio para 2500 alfabetizandos.

As responsabilidades foram divididas da seguinte forma: **Alfasol** – Assegurou toda a execução das aulas de alfabetização: seleção e capacitação dos alfabetizadores; acompanhamento e avaliação da aprendizagem dos alfabetizandos; fornecimento de material didático e de apoio. **Agência Brasileira de Cooperação** – Assegurou os recursos financeiros para a execução do projeto; bolsa mensal dos alfabetizadores durante os seis (6) meses iniciais; transporte do material didático; viagens e ajudas de custo para visitas de acompanhamento e de avaliação dos professores universitários e dos técnicos da coordenação nacional do Programa Alfabetização Solidária para mobilização e formação dos técnicos cabo-verdianos e viagens e ajudas de custo para formação no Brasil.

Quatro Universidades brasileiras participaram do projeto: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP de S.Paulo), Universidade Federal do Rio de Janeiro (EFRJ), Universidade Estadual do Ceará (UECE) e a Universidade do Vale do Acaraú (UVA).

Governo de Cabo Verde – Assegurou a infra-estrutura local necessária para a execução do projeto; transporte interno, estadia e alimentação dos professores-alfabetizadores durante a capacitação; local com salas para capacitação; apoio logístico de transporte e comunicação; auxílio aos coordenadores locais e aos técnicos do Alfabetização Solidária; financiamento das bolsas-auxílio na fase II.

Em Novembro de 2004, uma equipa da Alfasol, da ABC e da DGAEA⁴⁷, efetuaram uma avaliação das ações implementadas nas fases I e II deste projeto e chegou-se á conclusão que a nova abordagem pedagógica, contribuiu para a retenção dos formados nos Círculos de Cultura uma vez que cerca de 60% dos formados da I fase foram avaliados com sucesso.

⁴⁷ DGAEA-Direção Geral da Alfabetização e Educação de Adultos.

Na altura, recomendou-se a continuidade do projeto tendo sido identificado como um conjunto de ações que veio dar corpo a uma nova fase do projeto cujo Ajuste Complementar foi assinado em Janeiro de 2005.

Na III fase do projeto, que durou 12 meses⁴⁸, foram feitas novas parcerias como a: Universidade do Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Católica de Brasília (UCB). Os resultados alcançados nas fases anteriores foram consolidados e reforçou-se a qualificação profissional dos animadores, coordenadores e equipa técnica da DGAEA.

A experiência traduziu-se na capacitação dos animadores, no estágio técnico de quadros da DGAEA no Brasil, na adaptação e reedição do material didático da I fase, na atribuição de uma bolsa-auxílio aos animadores e na apropriação dos formadores da DGAEA na abordagem pedagógica da Alfabetização Solidária.

Em Agosto de 2006, o MEC do Brasil em conjunto com MRE do Brasil e a UNESCO, organizou em Brasília, a primeira Oficina de Trabalho sobre Educação de Jovens e Adultos nos países de língua portuguesa, com o objetivo de discutir a cooperação sul-sul no campo específico da alfabetização de jovens e adultos.

A oficina reuniu representantes do Brasil, Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Timor-Leste, que discutiram diversos temas, com base na Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos – V CONFITEA. No intuito de traçar os limites e possibilidades de cooperação no âmbito da alfabetização de jovens e adultos, considerando, principalmente, realidades socioeconómicas tão distintas, como por exemplo, a pluralidade de línguas nacionais, a diversidade étnica, histórica, económica, política e educacional.

Neste âmbito instituiu-se uma coordenação colegial da rede de cooperação formada por Brasil e Cabo Verde que esteve representado, no encontro, pela Direção geral da Alfabetização e Educação de Adultos.

Foi delineada uma versão preliminar do Plano Estratégico da Cooperação Sul-Sul entre Países de Língua Portuguesa no campo de Educação de Jovens e Adultos a ser concluída por todos os Estados membros da CPLP.

⁴⁸ De Setembro de 2005 a Dezembro de 2006.

Nesta sequência, a DGAEA estabeleceu novos laços de cooperação com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e traçou um novo projeto para 2007-2008 intitulado Projeto de Apoio ao Programa Educação de Jovens e Adultos, com o intuito de construir as bases de uma rede de cooperação, reforçar as políticas e programas nacionais de alfabetização e educação de jovens e adultos mediante a cooperação técnica e financeira bilateral e multilateral, e promover a formação de formadores, potenciando os recursos técnicos disponíveis no interior da própria rede.

A implementação seria no âmbito nacional e iria privilegiar os concelhos com maiores disparidades sociais em matéria de educação e formação de jovens e adultos.

f) Educação Especial

Esta nova área de intervenção no setor da Educação – a Educação especial, começou a ser discutido em 2005, a quando da visita oficial do Primeiro-ministro de Cabo Verde ao Brasil. Posteriormente a esta missão oficial, em Outubro do mesmo ano, Cabo Verde acolhe uma equipa brasileira com representantes do MEC e da ABC com o objetivo de elaborar documentos de projetos orientadores da futura cooperação bilateral.

Dentre os projetos, destaca-se: I) Escola de Todos no domínio das Necessidades Educativas especiais; II) Formação Profissional em Turismo e Hospitalidade, iii) Residência Médica, IV) Apoio à UNICV.

O projeto Escola de Todos teve como principal objetivo a implementação de um regime de escola inclusiva tendo em vista a escolarização de alunos com necessidades educativas especiais mediante o fornecimento de equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos específicos, bem como a capacitação dos professores nessa área.

Devido a uma enorme carência de professores com formação, conhecimento e domínio do Sistema Braille, Código Unificado, Orientação e Mobilidade bem como no Ensino de Língua Portuguesa para Surdos em Cabo Verde, estas foram as áreas contempladas para formação de professores.

O Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo de Brasil e o Governo de Cabo Verde para implementação do projeto Escola de Todos foi assinado em Março de 2006 seguido do documento do projeto em Abril de 2006. O projeto possibilitou a formação de 39 profissionais na área do Sistema Braille Integral, 45 no Ensino da Língua

Portuguesa para surdos e 44 em Orientação, Mobilidade e Atividade de Vida Diária, totalizando 128 professores multiplicadores capacitados no país. De destacar que o projeto foi implementado em um ano.

Em Março de 2007 uma missão técnica brasileira composta por representantes do MEC e da ABC, fizeram a finalização e avaliação do projeto tendo sido, identificadas novas áreas para uma II fase. Esta nova fase contemplaria novamente a formação de professores multiplicadores desta feita nas áreas de: Surdo cegueira, Tecnologia assistida e língua brasileira de sinais, Transcrição e adaptação de material em Braille e Atendimento Educacional especializado a Distância.

O apoio na elaboração de novas Políticas em Educação Inclusiva e na elaboração de Indicadores para a Educação Especial foram outras áreas desenvolvidas nessa nova fase, que também teve a duração de 12 meses.

g) Ensino a Distância

A Embaixada do Brasil em Cabo Verde, fez uma doação de um Kit de 50 DVD'S da TV Escola, em Outubro de 2006, uma iniciativa do Projeto DVD Escola. O projeto, que integra um conjunto de ações do Ministério da Educação do Brasil, possui um elevado padrão de qualidade e capacidade de difusão em larga escala de formas inovadoras de promoção de conteúdos curriculares de ensino fundamental e médio.

Os principais objetivos da TV Escola são contribuir para o aperfeiçoamento profissional dos educadores, para o enriquecimento do processo ensino-aprendizagem e para a melhoria da qualidade da educação.

O Kit com 50 DVD'S foi entregue à Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário para posterior divulgação e organização de um projeto para a sua utilização (e rentabilização). Os DVD'S abordam produções sobre Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, entre outros temas e foram especialmente concebidos para os agentes educativos em geral e para os docentes em específico como forma destes valorizarem suas aulas, explorar sua autonomia e criatividade utilizando as novas tecnologias para ampliar os seus conhecimentos.

Porém, a tentativa de incrementar as relações de cooperação na área do Ensino a Distância já vem de algum tempo, pois em 1998 foi assinado um Convénio com a Fundação

Roberto Marinho (FRM) que permitiria a instalação do TELECURSO 2000 – Formação de Professores com recursos de Educação a Distância – que visa o apoio à atividades de professores do ensino primário e secundário por meio da introdução e transferência de metodologias de ensino a distância.

Através deste projeto seriam montadas 10 telesalas, prevendo-se a formação dos formadores, o envio de consultores e a doação de todo o material pedagógico de suporte, incluindo fitas de vídeo e material didático. Depois da realização de uma missão brasileira a Cabo Verde de 10 a 17 de Maio de 2003, ficou decidido que a FRM e a ABC iriam avançar com propostas concretas para a implementação do projeto em Cabo Verde para posterior conhecimento e aprovação pelo Ministério da Educação. Mas a proposta nunca chegou a ser apresentada pela contraparte brasileira.

No âmbito do PROMEF (financiado pelo Banco Mundial), em 2002, houve interesse da parte cabo-verdiana em estabelecer parceria com a CENPEC para a implementação da iniciativa PROFORMAÇÃO – formação a distância para habilitar professores que exercem atividades docentes nas séries iniciais do EBI e classes de alfabetização. A ideia seria beneficiar os docentes do IP e do ISE com esta iniciativa.

Em Dezembro de 2002, a quando da vinda de uma Delegação da CENPEC a Cabo Verde foram discutidos os contornos de sua possível implementação, mas não houve desenvolvimento desta ação.

h) Formação Profissional

Para apoiar a implementação do Sistema Nacional de Formação Profissional e a capacitação de quadros, para a área de Formação Profissional do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) de Cabo Verde, em 2002 foi assinado um Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre Brasil e Cabo Verde. E em Setembro de 2003, realizou-se uma missão ao Brasil contando com a presença do DG-IEFP, para discutir as formas de apoio ao fortalecimento, estruturação e organização do sistema de FP.

O principal objetivo desta missão foi a discussão de um documento base elaborado por uma equipa técnica brasileira composta por técnicos do SENAI-SP e da ABC onde propuseram três fases com a intervenção técnica da parte brasileira que seriam: 1ª fase: Subsídios para a reestruturação do sistema de formação profissional; 2ª fase: Implementação

do Sistema de FP; e a 3ª fase: Ações de fortalecimento técnico do IEFP e dos outros parceiros no domínio da formação profissional.

O Governo de Cabo Verde propôs que a primeira e a segunda fase fossem fundidas, ficando o projeto com apenas duas fases, podendo, inclusive, serem implementadas simultaneamente, uma vez que as duas fases foram trabalhadas em Cabo Verde com o apoio de outras entidades/parceiros. Essa proposta foi retida e os responsáveis pela implementação deste projeto (Fortalecimento e Capacitação Técnica de Recursos Humanos para o Sistema de Formação Profissional de Cabo Verde) seriam o IEFP de Cabo Verde e o SENAI de S.Paulo.

O Ajuste Complementar para implementação deste projeto, foi assinado em 29 de Julho de 2004 e em Maio de 2005 fez-se o lançamento do mesmo.

O Ajuste Complementar do Projeto, tinha em vista o desenvolvimento dos seguintes programas de capacitação/atualização, através da implementação de um Centro de Formação Profissional em Cabo Verde: Capacitação de formadores para unidades de formação profissional – Áreas de Construção Civil, Eletricidade Predial, Serralharia, Informática e Alimentos; Capacitação de Gestores de Centros – Áreas de Coordenação de programas de FP; Capacitação de técnicos no Planeamento e Estruturação de Currículos para a Formação Profissional; e a Capacitação de Agentes para a Formação Profissional.

A Versão B do projeto foi assinada a 28 de Julho de 2005, entre a DGCI, SENAI e a ABC e possibilitou um acréscimo financeiro de cerca de 312% (dos 373.644 USD passou-se para 944.912 USD) totalmente suportados pela parte brasileira.

A revisão do projeto foi indispensável, visto que o local onde seria implantado o Centro de Formação Profissional foi mudado, com a conseqüente necessidade do redimensionamento das obras de reforma e adequação do espaço físico, novo planeamento de sua ocupação, redefinição dos materiais a serem utilizados e reprogramação das atividades. O espaço escolhido foi o ex-Instituto e Aperfeiçoamento Profissional (IFAP) na Cidade da Praia.

Em Março de 2006, este setor ficou sob tutela do Ministério da Qualificação e Emprego pelo que o projeto passou a ter o acompanhamento deste departamento governamental.

O Centro de Formação Profissional foi inaugurado em Junho de 2008, a quando da visita oficial do Ministro das Relações Exteriores do Brasil Celso Amorim a Cabo Verde, o projeto foi co-financiado pelo Governo do Brasil e pelo Governo de Cabo Verde.

Durante a visita oficial do MRE ao país nesse mesmo ano, foram assinados quatro Ajustes de Cooperação relativos ao Fortalecimento Institucional do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), ao Fortalecimento e Capacitação Técnica de recursos Humanos para o Sistema de Formação Profissional de Cabo Verde – fase II, com a finalidade de consolidar o funcionamento do Centro de Formação Profissional da Praia, dentre outros acordos. De destacar que Cabo Verde é o segundo país que mais recebe Cooperação Técnica do Brasil em todo o mundo, e o maior no continente africano.

Em 2009 em Brasília um novo acordo visando a ampliação da Cooperação Técnica é assinado entre os dois Governos. O termo amplia a cooperação entre os dois países, iniciada em 2007, e que resultou na qualificação de 200 profissionais na área de turismo e hospitalidade realizada pelo Instituto Federal de Goiás, nas Ilhas de São Vicente, Santiago, Fogo, Sal e Santo Antão.

Este projeto, previsto para ser implementado em dois anos, envolve recursos de ordem de US\$ 794 mil, sendo uma parte financiada pela ABC, e vai implementar o programa de Fortalecimento Institucional do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), órgão do Ministério do Trabalho e Formação Profissional de Cabo Verde. O Brasil vai estruturar cursos na área de restaurante e bar, técnico em cozinha e pastelaria, e recepção e governança. Todos os cursos terão 1.600 horas. Também serão formados professores na área de pedagogia da educação profissional.

i) Ação Social Escolar

Cabo Verde beneficia do Programa de Cantinas Escolares financiado pelo Programa Alimentar Mundial (Nações Unidas) desde 1979. O programa visa o financiamento de uma refeição quente a alunos que frequentam o Ensino Básico, e atualmente estendido ao Pré-escolar o que tem facilitado o acesso e permanência de muitas crianças no sistema de ensino.

Em 2003, Cabo Verde foi confrontado com a decisão de retirada do PAM deste programa, por motivos que se prendem com o alcance de determinados indicadores pelo país. Foi acordado um desengajamento faseado iniciado em Janeiro de 2007 com término em 2010 para saída definitiva.

O Governo cabo-verdiano preocupado com as consequências desta retirada, busca parcerias para o apoio da assumpção deste programa. Assim na sequência de uma visita de estudos conjunta (PAM e ICASE) realizada em 2006, seguida da vinda de uma missão técnica brasileira em Agosto do mesmo ano, foi solicitada uma contribuição do Governo brasileiro em termos de assistência técnica para o desenho e implementação de um Programa Nacional de Cantinas Escolares, a capacitação e desenvolvimento dos recursos humanos do ICASE em diversos domínios e para a promoção e desenvolvimento do horto escolar como meio de garantia de segurança alimentar escolar enquanto fonte de abastecimento de produtos alimentares.

O Governo brasileiro por sua vez, escolheu o Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (Ministério de Educação do Brasil), como parceira para esta operação ficando as modalidades de intervenção estipuladas num Ajuste Complementar assinado pelos Governos de ambos os países.

Dentre os objetos da implementação do projeto Apoio ao Programa Nacional de Cantinas Escolares de Cabo Verde – Fase I – Fortalecimento do ICASE, estipulados no Ajuste Complementar, destacam-se as seguintes: apoiar o Instituto Cabo-Verdiano de Ação Social Escolar (ICASE) no planeamento de um programa cabo-verdiano de alimentação escolar; e formar técnicos cabo-verdianos nas áreas de controlo social, segurança alimentar e nutricional.

j) Acordo Ortográfico

Cabo Verde vem apoiando desde 1998, a iniciativa brasileira, de propor um Acordo Ortográfico entre os países da CPLP. Nesse ano, Brasil, Cabo Verde e Portugal aprovaram e assinaram um Protocolo Modificado ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, os demais países da CPLP, não aprovaram o acordo. De destacar que a proposta de um Acordo Ortográfico vinha se arrastando em décadas.

Em uma nova tentativa, os chefes de Estado e de Governo da CPLP, aprovaram o Segundo Protocolo Modificado ao Acordo Ortográfico, que aceitava a adesão de Timor-Leste e determinava a necessidade de apenas três assinaturas dos membros da CPLP para que o Acordo entrasse em vigor nesses países.

Dessa forma o Brasil ratificou o Acordo em 2004, Cabo Verde em 2005, e São Tomé e Príncipe, em 2006. Portugal assinou o Acordo em Maio de 2008.

Segundo informações do MEC do Brasil, unificar a ortografia da Língua Portuguesa que, atualmente, é o único idioma do ocidente que tem duas grafias, a do Brasil e a de Portugal, é o principal objetivo do acordo, além de resolver as diferenças ortográficas existentes entre o português do Brasil e o de Portugal. O MEC ainda afirma que essa unificação irá facilitar a circulação de materiais, como documentos oficiais e livros, entre os países da CPLP⁴⁹.

Brasil e Cabo Verde chegaram a um ponto mais alto da cooperação bilateral que são as visitas de alto nível. O país busca assegurar a continuidade dos esforços de aprofundamento e diversificação das relações de amizade, solidariedade e de cooperação existentes com o Brasil, tanto a nível bilateral, como no âmbito da CPLP e das Nações Unidas.

⁴⁹ Portugal, Angola, Cabo Verde, Moçambique, Brasil, São Tome e Príncipe e Guiné-Bissau.

Considerações Finais

O presente estudo procurou analisar as relações de cooperação entre Cabo Verde e Brasil no setor da Educação, e se tal parceria tem ajudado o país a desenvolver a área da educação.

Ao analisar Cabo Verde chama atenção os desafios que o país vem enfrentado ao passar dos anos, para seu desenvolvimento tanto económico como social. Uma das estratégias adotadas pelos governos é o investimento na educação como forma de promover esse desenvolvimento.

Desde a independência o Governo vem investindo fortemente na educação, visando melhorar a capacidade de adaptação da mão-de-obra, aumentar a competitividade nacional e lutar contra a exclusão social. A educação constitui a pedra angular no processo de desenvolvimento do país, neste sentido vêm desenvolvendo projetos com diversos países visando a melhoria deste setor no país.

Neste contexto o Brasil se destaca como um dos maiores parceiros do país neste setor, os dois países assinaram o primeiro acordo em 1977 com o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, e desde então foram vários os projetos desenvolvidos entre os dois parceiros visando melhorar a qualidade dos recursos humanos de Cabo Verde.

Projetos como Alfabetização solidária, que têm alcançado resultados positivos, Educação Especial, que tem como finalidade a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais na sociedade, vêm ajudando o país a melhorar uma área tão deficitária em Cabo Verde.

É de citar também projetos na área de FP, que faz com que o país seja mais competitivo nas mais diversas áreas. A cooperação entre Cabo Verde e Brasil tem resultado na melhoria do setor de serviços entre os quais o turismo que hoje tem sido o motor do crescimento económico do País.

No âmbito do ensino superior, o Brasil apoiou a implementação da primeira Universidade Pública do país, além de oferecer bolsas e vagas para estudantes cabo-verdianos através do Programa Estudante Convênio de graduação e de pós graduação em instituições de ensino superior brasileiro.

As relações bilaterais entre as partes, se motivam pelo esforço em tornar a educação mais acessível a todos, e o Governo brasileiro em seu crescente interesse, no desenvolvimento e na melhoria da qualidade de vida da população cabo-verdiana.

Hoje são mais de quatrocentos estudantes cabo-verdianos no Brasil, que vêm tanto na base das relações oficiais, como por conta própria. Querem estudar no Brasil para levar conhecimento para Cabo Verde e contribuir no desenvolvimento do país. Toda essa circulação cria uma dinâmica importante, que faz da educação uma área importante na relação entre os dois países.

Cabo Verde quer mais cooperação com o Brasil, o país quer ampliar a cooperação com este parceiro na área da educação, principalmente em projetos de pesquisa que vêm sendo desenvolvido atualmente, para formação de recursos humanos e avaliação de cursos universitários.

Portanto se conclui que a parceria entre Cabo Verde e Brasil na área da educação tem sido bastante eficaz, pois todas as ações desenvolvidas entre as partes estão sendo executadas, e os resultados obtidos são bastante animadores.

O país tem a consciência que ainda há muito a fazer, porém acredita-se que Cabo Verde está no caminho certo, e com a ajuda de países como o Brasil, a probabilidade é de mais crescimento e desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

CARREIRA, António; Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata – 1460-1878.

MINGST, Karen; Princípios de Relações Internacionais, 4ª edição, editora- campus.

ROBERT, Jackson e Georg SORENSEN; Teoria das Relações Internacionais. Zahar- Editora

KEOHANE, Robert; Interdependência e Sociedade Global, Unisul-Editora.

SOMBRA, Saraiva; FLÁVIO, José; CPLP, Solidariedade e Ações Políticas, Ibri-Editora, 2000.

MOREIRA, Adriano; Teoria das relações Internacionais.

Internet

CABO VERDE, UNI CV e UFRGS juntos em programas de Mestrado e Doutorado. Disponível em: www.unicv.edu.cv: acesso em 05/11/2010.

ROSÁRIO, Augusto José do; Imigrantes Cabo-Verdianos no Brasil. www.caboverde.org.br: acesso em 10/12/2009.

BUENO, Chris; cooperação entre Brasil e África. Disponível em www.conciência.br : acesso em 18/07/2010.

PREMIE de Cabo Verde quer maior cooperação do Brasil. Disponível em www.cidadanialusofona.wordpress.com: acesso em 03/12/2009

BRASIL, e Cabo Verde comprometem-se a estreitar relações. Disponível em www.portugaldigital.com.br: acesso em 17/11/2009.

Entre África e Europa: Cabo Verde e sua Estratégia de Desenvolvimento. Disponível em www.google.com: acesso em 30/09/2010

CABO VERDE e Brasil querem parceria estratégica: Nova dinâmica de cooperação entre os dois países. Disponível em: www.governo.cv: acesso em 10/11/2009

BRASIL, relações entre Cabo Verde e Brasil ganharam novo impulso. Disponível em www.embcv.org.br, acesso em 21/10/2010.

O BRASIL na África ou a África no Brasil? Disponível em www.cebri.com.br: acesso em 20/10/2010.

MORATO, Tadeu; As Teorias de relações internacionais pensando a cooperação. www.pucsp.br: acesso em 19/08/2010.

BRASIL, Teoria das relações internacionais. Disponível em www.wikipedia.br: acesso em 14/08/2010.

As relações de cooperação Cabo Verde /Brasil. Disponível em www.google.com: acesso em 20/09/2010.

Cabo Verde, Lula anuncia o perdão da dívida de Cabo Verde com o Brasil: Disponível em www.asemana.sapo.cv: acesso em 11/11/2010.

O País. Disponível em www.ic.cv: acesso em 22/10/2009.

BRASIL, Cabo Verde abre a primeira Universidade Pública. Disponível em www.abc.gov.br: acesso em 12/12/2009.

Ajuste Complementar Ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo de Cabo Verde e o Governo do Brasil, Implementação do Projeto “Apoio ao Programa Nacional de Cantinas Escolares de Cabo Verde. Disponível em www.google.com.

VISENTINI, Paulo; Artigo: Prestige Diplomacy, Southern Solidarity or Soft Imperialism? Lula’s Brasil-Àfrica relations (2003 onwards).

Entrevista da Embaixadora do Brasil em Cabo Verde, ao Jornal A Nação em Cabo Verde. Disponível em www.anação.cv.

Discurso do Primeiro-ministro de Cabo Verde, Dr. José Maria Neves em Maio de 2005, em Lisboa, no Fórum “Investir em Àfrica”. Disponível em www.governo.cv.

Discurso do Primeiro-ministro de Cabo Verde, Dr. José Maria Neves, na Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, 2007. Disponível em www.governo.cv.

